**Logotipo

Descrição gerada automaticamente**

**Estudo de Viabilidade de uma Universidade Distrital**

Proposta de indicadores para a autoavaliação institucional

|  |  |
| --- | --- |
| **Identificação do Projeto** | |
|  |  |
| Nome do Projeto | Desenvolvimento de projeto de pesquisa de uma Universidade do Distrito Federal |
| Produto | Documento contendo a proposta de indicadores para a autoavaliação institucional. |
| Diretoria | Executiva |
| Coordenação do projeto | Claudia Maffini Griboski |
| Consultor | Juliana da Silva Dias |
| Data | 02/02/2022 |

**SUMÁRIO**

|  |  |
| --- | --- |
| 1. INTRODUÇÃO | 4 |
|  |  |
| 1.1. ESTRATÉGIA DE QUALIDADE. | 12 |
|  |  |
| 1.1.1. ACCOUNTABILITY | 14 |
|  |  |
| 1.1.2. AUTOAVALIAÇÃO | 15 |
|  |  |
| 1.1.3. ACREDITAÇÃO | 16 |
|  |  |
| 1.1.4. REGULAÇÃO | 18 |
|  |  |
| 2. DESENVOLVIMENTO | 20 |
|  |  |
| 2.1. A UTILIZAÇÃO DE INDICADORES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR | 21 |
|  |  |
| 2.2. A INTERPRETAÇÃO DOS INDICADORES | 23 |
|  |  |
| 3. INDICADORES PROPOSTOS | 24 |
|  |  |
| 3.1. CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDANTES | 24 |
|  |  |
| 3.2. DESEMPENHO DOS ESTUDANTES | 30 |
|  |  |
| 3.3. NÍVEL DE ATIVIDADES DOCENTES E TUTORIAIS | 33 |
|  |  |
| 3.4. PRODUTIVIDADE | 37 |
|  |  |
| 3.5. CORPO DOCENTE E TUTORIAL (TITULAÇÃO E REGIME DE TRABALHO) | 39 |
|  |  |
| 3.6. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL | 42 |
|  |  |
| 3.7 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL | 46 |
|  |  |
| 3.8 POLÍTICAS ACADÊMICAS | 49 |
|  |  |
| 3.9 POLÍTICAS DE GESTÃO | 54 |
|  |  |
| 3.10. INFRAESTRUTURA E RECURSOS PEDAGÓGICOS E TECNOLÓGICOS | 56 |
|  |  |
| 4. FONTES DE INFORMAÇÕES | 64 |
|  |  |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 78 |
|  |  |
| 6. REFERÊNCIAS | 79 |

# INTRODUÇÃO

Este documento, por meio do qual se apresenta o Produto 1 — TR 24 (consultor 2), tem como desígnio propor indicadores para a autoavaliação institucional, nomeadamente no apoio à tomada de decisão por parte da gestão institucional da Universidade do Distrito Federal Jorge Amaury Maia Nunes (UnDF).

Para tanto, este documento está estruturado em seções, a saber: esta apresentação, que tem como objetivo indicar conceitos que são relevantes para a proposta; o desenvolvimento, por meio do qual se efetivam considerações a partir da utilização de indicadores junto aos processos de autoavaliação na Educação Superior; a efetiva proposição de indicadores está posta na seção intitulada “Indicadores Propostos”, em que estes são delineados — vale destacar que esta seção, em especial, será basilar para a elaboração dos instrumentos da autoavaliação prevista para o produto 2 (TR 24 — consultor 2). Ainda compõe este documento a seção Fontes de Informações, por entender que indicadores somente serão efetivamente construídos a partir da coleta de dados, que serão transformados em informações e, posteriormente, em conhecimento. Assim, essa seção apresenta importantes fontes de coleta a partir do contexto da Educação Superior. Por fim, ainda são apresentadas as considerações finais e as referências.

A autoavaliação institucional é um processo contínuo, no qual a Instituição de Educação Superior (IES) avalia sua própria realidade, por meio de pesquisas de percepção, de grupos focais e de análises documentais, entre outros métodos, tendo como base os indicadores de qualidade.

Assim, a proposta se baseará na conjectura de uma carteira de indicadores a ser utilizada no médio prazo, com base na realidade de recolha de dados. Sugere-se, ainda, a construção de indicadores no curto prazo, a partir dos dados que certamente serão coletados junto aos processos de autoavaliação e a partir do cotidiano institucional. Tais aspectos serão mais bem abordados e detalhados junto ao Produto 2 — TR 24 (consultor 2), por meio do qual será apresentado documento contendo a proposta de instrumentos e de metodologias para a autoavaliação institucional.

Não se pode deixar de destacar que, para a elaboração desta proposta, foram considerados os documentos disponibilizados pelo Cebraspe e que eles foram importantes balizadores. Nesse sentido, destacam-se:

* Documento de referência para orientar e para subsidiar as discussões do colóquio: "UnDF Jorge Amaury: entre o projeto e a criação — diálogos sobre a universidade que queremos". (CEBRASPE, 2021b).
* Documento contendo a proposta da missão, valores, objetivos e metas institucionais. (CEBRASPE, 2022a).
* Documento sobre o impacto e os custos de implantação de uma universidade distrital. (CEBRASPE, 2021a).
* Documento contendo o Estatuto da Universidade do Distrito Federal (UnDF) contemplando a governança entre os órgãos setoriais da Universidade e sua estrutura administrativa — os mais afeitos à execução da política educacional da Universidade — em conformidade com os estudos realizados ao longo da Etapa 3 do projeto de pesquisa “Estudo de Viabilidade de uma Universidade Distrital. (CEBRASPE, 2022b).
* Documento contendo proposta de políticas voltadas ao corpo docente, técnico- administrativo e tutores, incluindo diretrizes para capacitação e formação continuada. (CEBRASPE, 2022c).

No que tange à legislação educacional vigente, foram consideradas, na elaboração desta proposta, em especial, a Resolução n. 2/2017, de 19 de setembro de 2017 (CEDF, 2017), que estabelece normas para a Educação Superior no Sistema de Ensino do Distrito Federal e a [Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.861-2004?OpenDocument), que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (BRASIL, 2004).

Vale aqui destacar que, no âmbito da Resolução n. 2/2017, de 19 de setembro de 2017, (CEDF, 2017), a autoavaliação está posta como sendo um dos aspectos a serem contemplados junto aos processos de credenciamento, conforme Art. 32, da referenciada resolução:

Art. 32. Os processos de credenciamento de IES públicas são solicitados em órgão próprio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, contendo:

I - Condições jurídicas, econômico-financeiras e organizacionais da mantenedora;

II - Estrutura organizacional, estatuto e regimento geral, no caso de Universidades e de Centros Universitários, e regimento nos demais casos;

III - Cópia da Licença/Autorização de Funcionamento vigente, coerente com o nível de educação superior e modalidades de educação e ensino pretendidas;

IV - Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), quinquenal, contemplando:

a) missão, objetivos gerais, específicos e metas da instituição para o quinquênio;

b) histórico da instituição, com apresentação dos atos constitutivos e de regulação e respectivos comprovantes;

c) área de atuação e inserção regional;

d) projeto pedagógico institucional.

V - Projeto Pedagógico Institucional, contemplando:

a) princípios filosófico-metodológicos que norteiam a prática educativa;

b) políticas de ensino;

c) política de pesquisa e extensão, quando for o caso;

d) política de gestão;

e) políticas de inclusão educacional;

f) responsabilidade social da instituição;

g) cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, especificando a programação de abertura de cursos, aumento de vagas e ampliação das instalações físicas;

h) corpo docente e técnico-administrativo: critérios de seleção, titulação, política de formação continuada, plano de carreira e regime de trabalho;

i) corpo discente: forma de acesso à educação superior e programas institucionais de apoio;

J) organograma da instituição;

k) estrutura organizacional com as instâncias de decisão;

l) organização administrativa da instituição, identificando as formas de participação dos professores e dos estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos e os procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos estudantes;

m) descrição da infraestrutura física, equipamentos e instalações acadêmicas;

n) biblioteca: área física, acervo, política de atualização e de expansão do acervo, forma de empréstimos, horário de funcionamento;

o) laboratórios: instalações e equipamentos, identificando sua correlação com os cursos e programas previstos;

VI - Gestão institucional, com formas de escolha, mandato, atribuições dos cargos diretivos e de coordenação;

VII - Descrição dos cursos e programas: organização curricular, vagas, turnos de funcionamento e formas de acesso;

VIII - Mecanismos de apoio ao estudante;

IX - Formas de registro e de controle acadêmico;

X - Estratégias de avaliação institucional. (CEDF, 2017).

Importante ressaltar que, conforme o Art. 32 da Resolução n. 2/2017, de 19 de setembro de 2017 (CEDF, 2017), as estratégias da avaliação institucional, bem como a organização administrativa da instituição, identificam as formas de participação dos professores e dos estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos e dos procedimentos de autoavaliação institucional.

Ainda considerando a Resolução n. 2/2017, de 19 de setembro de 2017, — Art. 53, o relatório de autoavaliação está na relação de documentos que instruirá os processos de pedido de aumento de vagas, independente do regime adotado.

Nesse contexto, a Comissão Própria de Avaliação está respaldada na já citada resolução, em seu Art. 81, a saber:

Art. 81. A Comissão Própria de Avaliação é órgão composto por membros da comunidade interna e externa da instituição de educação superior, nos termos da legislação nacional vigente, nomeados pelo dirigente máximo da instituição, mas independente dos conselhos superiores, que supervisiona todo o processo da avaliação institucional, em estreita relação com o órgão próprio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Parágrafo único. É de competência da Comissão Própria de Avaliação:

I - A condução do processo de autoavaliação que consiste no processo diagnóstico de atribuição de significados, por toda a comunidade acadêmica e membros da comunidade externa, a um conjunto de dados e informações, coletados de forma sistemática e ampla, sobre os aspectos que determinam a finalidade de existência da instituição;

II - A sistematização e a prestação das informações solicitadas no processo de avaliação, obedecidas as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. (CEDF, 2017).

Entende-se a Comissão Própria de Avaliação como protagonista dos processos de autoavaliação institucional, um importante mecanismo de apoio para a gestão institucional. Por meio dos resultados consolidados, após o período de avaliações, torna-se possível a identificação dos pontos de fragilidade e de atenção e, assim, favorece a proposição de melhorias e correções de rumo, capazes de contribuir para a evolução contínua da instituição em termos de qualidade.

Dessa forma, a gestão institucional tem à disposição relevantes informações para auxiliar na tomada de decisão. Sem contar que, nesse levantamento de dados, a comunidade acadêmica se une em torno do comprometimento com a qualidade de ensino, o que gera um engajamento em todas as esferas.

A Resolução n. 2/2017, de 19 de setembro de 2017, (CEDF, 2017), nos seus Artigos 82 e 83, define quem deve participar efetivamente dos processos de autoavaliação e seus objetivos, respectivamente:

Art. 82. A avaliação deve ser efetuada:

I - Pela comunidade acadêmica (direção, professores, estudantes, funcionários administrativos, comunidade local), sob a supervisão de Comissão Própria de Avaliação;

II - Pelo órgão próprio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, que pode indicar comissões ad hoc;

III - Pelo Ministério da Educação e de acordo com legislação que rege o regime de cooperação entre os sistemas educacionais.

Art. 83. A avaliação tem como objeto:

I - Na administração geral: a legalidade e a eficiência da mantenedora, dos órgãos de direção, dos órgãos colegiados e dos órgãos de apoio;

II - No regime acadêmico: a legalidade e a eficiência na elaboração e execução dos currículos dos cursos, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, adequadas à realidade local, regional e nacional;

III - Na infraestrutura física e de recursos humanos e materiais: as condições das instalações, dos equipamentos, dos laboratórios, dos acervos bibliográficos, dos processos de informatização, da titulação e do regime de trabalho do corpo docente, dos programas de capacitação e demais fatores exigidos pela legislação;

IV - Na integração socioeconômica: a relevância da instituição na comunidade local e regional por meio de seus programas de ensino, pesquisa e extensão;

V - Na produção cultural, científica e tecnológica: a pesquisa e a extensão e sua relevância, de acordo com a disponibilidade de docentes e técnicos qualificados e conforme seus regimes de trabalho.

§ 1º Toda avaliação tem necessariamente de considerar a autoavaliação institucional (ou avaliação interna), realizada pela instituição, com a participação de todos os segmentos – administração superior, professores, funcionários administrativos e estudantes – e a avaliação externa, realizada pelas comissões de especialistas a ser composta por membros designados pelo órgão próprio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

§ 2º A avaliação utiliza os instrumentos e indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e, no que couber, as disposições desta Resolução no que se refere aos atos de regulação. (CEDF, 2017).

Note que, ainda no Art. 83 da Resolução n. 2/2017, de 19 de setembro de 2017, § 2º, está posto que a avaliação utilizará os instrumentos e indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), motivo pelo qual esta proposta também considerou a referenciada Lei.

Comenta-se que em consequência do aumento do nível de responsabilização das IES e da crescente exigência de uma regular prestação de contas, a temática considerada — indicadores para a autoavaliação institucional — está relacionada à garantia da qualidade que vem assumindo cada vez maior importância.

A promoção e a garantia da qualidade na Educação Superior têm ocupado lugar de destaque na agenda do setor. Esse tema tem sido amplamente discutido e incluído nas metas e políticas institucionais. Na busca constante pela excelência nos serviços prestados, tem-se protagonizado esforços com o intuito de quebrar com as estruturas conversadoras e introduzir métodos inovadores, considerados como referenciais em seus processos avaliativos.

Apesar das práticas formais e informais já estabelecidas junto à Educação Superior brasileira, tem-se realizado um esforço de aperfeiçoamento, de ampliação, de consolidação e de formalização de sistemas de garantia da qualidade, agregando a estes importantes mecanismos, questões que enfatizam a necessidade premente de interligação, conectividade e integração entre os diversos indicadores continuamente avaliados. Na prática, significa estar apto para responder aos requisitos de referenciais vocacionados para a Educação Superior, cobrindo áreas específicas e difíceis de abordar, tais como o processo de ensino/aprendizagem e a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento, não perdendo de vista o foco principal que é o de instalar aquilo que se designou por uma cultura da qualidade.

Tem-se como princípio norteador que só se alcança uma verdadeira cultura da qualidade quando os procedimentos de garantia da qualidade estão embebidos, e até mesmo se confundem, com os procedimentos do cotidiano institucional.

Ao considerar o sistema de Educação Superior no Brasil, sobretudo a partir de 1968, é possível perceber que a avaliação institucional se tornou um mecanismo que orientou as políticas públicas para o segmento. Entende-se que os processos de avaliação institucional, desde sua concepção, estão conectados ao desenvolvimento da epistemologia da Educação, numa perspectiva de estruturação de um campo científico em pleno desenvolvimento no caminho da ciência contemporânea. Tal concepção, que está alinhada com os estudos de Schlickmann e Melo (2012), leva a compreensão de que a Educação Superior, em seus pressupostos gerenciais, busca a consolidação de sua episteme gerencial por intermédio de mecanismos ora reguladores, ora emancipadores, mas que preconizam o fortalecimento de sua estrutura, de sua semântica e de seus aspectos operacionais, favorecendo assim a cultura da qualidade.

Conforme destacam Schlickmann, Melo e Alperstedt (2008), a lógica pragmática do modelo avaliativo contribuiu com a edificação estrutural da Educação Superior no Brasil, promovendo uma discussão sobre a estrutura, a qualidade e a função desta educação. Essa qualidade, com base nas exposições de Real (2007), considera a ideologia das políticas públicas, severamente enviesadas pelo controle regulador, fazendo da avaliação um mecanismo de posicionamento e construção da identidade institucional sob o viés regulatório.

Cabe aqui enfatizar que o documento contendo a proposta da missão, valores, objetivos e metas institucionais para a UnDF considera os processos de autoavaliação, tanto que apresenta como sendo o seu sétimo objetivo (CEBRASPE, 2022a, p. 51):” Promover a avaliação institucional como processo indutor da qualidade”. Assim, aponta como sendo metas:

* Instituir políticas que articulem o planejamento das atividades da UnDF e a avaliação institucional na perspectiva de encarar esta última como instrumento de gestão estratégica;
* Fomentar a avaliação institucional com o propósito de produzir conhecimentos sobre os sentidos do conjunto de atividades cumpridas pela UnDF tendo como referência sua missão;
* Realizar a autoavaliação institucional em uma visão formativa para superar fragilidades e potencializar pontos fortes visando à identificação da UnDF e para aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional dos corpos docente e técnico-administrativo;
* Fomentar ações integradas de avaliação da instituição, dos cursos de graduação e pós-graduação e dos estudantes com o propósito de coletar subsídios para fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais e prestar contas à sociedade;
* Definir estratégias que contribuam para consolidar o processo de avaliação externa avaliação interna como importante instrumento para a tomada de decisões e de sustentação da qualidade das atividades desenvolvidas pela UnDF;
* Definir e aperfeiçoar ações relativas à articulação dos resultados das avaliações externa com os da avaliação interna na perspectiva de utilizá-los para o aperfeiçoamento das práticas institucionais e para a indução da qualidade;
* Criar e implementar ferramentas e procedimentos que produzam informações seguras, convergentes e capazes de gerar em todas as áreas bons indicadores, os quais ajudem a acompanhar, monitorar e avaliar a consecução dos objetivos e metas institucionais; e
* Criar e aperfeiçoar formas de divulgação dos resultados da avaliação institucional para a comunidade interna e externa por meio de vários canais de comunicação. (CEBRASPE, 2022, p. 52).

Diante do exposto, e entendendo o importante papel que os processos de autoavaliação institucional a serem desenvolvidos na UnDF terão, no que diz respeito ao incremento de sistemas integrados, a institucionalização de uma cultura voltada à promoção e à garantia da qualidade institucional, apresentam-se os princípios considerados nesta proposta:

* Preocupação com a visão formativa da avaliação em todos os seus processos e práticas;
* O uso dos resultados da avaliação interna e externa na mesma visão, de maneira que a avaliação venha a se configurar, de fato, como instrumento de gestão;
* Promoção do diálogo construtivo e contextualizado entre os resultados das avaliações interna e externa;
* Envolvimento e participação ativa das partes interessadas, internas e externas, no funcionamento da instituição e dos seus cursos, nomeadamente na definição e desenho dos procedimentos e processos, sempre considerando a missão institucional;
* Ausculta permanente das necessidades e das expectativas das partes interessadas, procurando aumentar o comprometimento e a satisfação delas;
* Garantia de transparência em todas as atividades desenvolvidas;
* Promoção da cultura institucional de qualidade e de auto responsabilização com base na autorregulação e na autoavaliação e na subsequente implementação de melhorias;
* Identificação das fragilidades e potencialidades, consideradas a eficácia e a obtenção de melhores resultados institucionais; e
* Desenvolvimento de uma cultura de qualidade transversal aos seus eixos de missão: ensino e aprendizagem, pesquisa, tecnologia, inovação, envolvimento com a comunidade e internacionalização.

Tem-se como premissa que um pressuposto fundamental sobre os processos e procedimentos para promoção e garantia da qualidade é o do respeito pela autonomia da IES. Assim, destaca-se que as estratégias consideradas nesta proposta não se debruçam apenas e diretamente sobre o desempenho da instituição e/ou seus cursos, mas sim na forma como são definidos sua missão, seus objetivos, seus planos operacionais e os resultados alcançados. Para tanto, esta proposta considera como sendo necessário:

* Participação da comunidade acadêmica;
* Criação de processos e instrumentos avaliativos;
* Integração e articulação com os mecanismos de gestão;
* Geração de informação, assegurando análise e disseminação;
* Funcionalidades para dispor de procedimentos para a tomada de medidas para o desenvolvimento e melhoria que estejam associados aos processos e ambientes de aprendizagem;
* Avaliações periódicas e de acordo com as necessidades institucionais;
* Motivações para toda a comunidade acadêmica;
* Ações de disseminação da cultura avaliativa na UnDF; e
* Uso da avaliação e de seus resultados como base para o processo de tomada de decisões da gestão, inclusão e responsabilidade social.

A proposta aqui retratada subscreve o princípio de que a responsabilidade pela qualidade da educação ofertada cabe, em primeiro lugar, à IES, a qual, nesse sentido, deverá criar as estruturas e os procedimentos internos apropriados para promover e garantir essa qualidade. Assim, propõe-se proceder a autoavaliação institucional tendo em vista a verificação dos procedimentos internos de garantia da qualidade da IES e de seus cursos, considerando princípios e parâmetros externos e internos.

Vale aqui destacar que nesta proposta, será considerada a definição de avaliação elaborada por Dias Sobrinho (1996, p. 72):

Avaliação implica um fundamentado conhecimento daquilo sobre o que interrogamos e atribuição de significado aos fatos, dados e informações que colhemos. Para além dos fatos, e a partir deles, a produção dos juízos de valor. Avaliar é uma ação que não admite neutralidade. Ultrapassa as descrições objetivas e as análises de coerência interna da realidade tomada como objeto. É um processo de forte conteúdo ético, pois indaga sobre valores e significados sociais. Atribuir significações e emitir juízos de valor, ou seja, avaliar, é reconhecer o mundo da produção humana e as diferenças, é responder às perguntas que fazemos a respeito de seus valores ou de suas qualidades. (DIAS SOBRINHO, 1996, p. 72).

Ainda sopesando o mesmo autor, a avaliação deve lidar com os posicionamentos diferentes e não buscar a homogeneidade de valores, interesses ou concepções. A sua legitimidade depende da transparência do processo avaliativo.

## ESTRATÉGIA DE QUALIDADE

Admite-se que uma das áreas chave de ação para o desenvolvimento sustentável de uma IES que busca a qualidade remete à promoção do domínio dos seus propósitos relacionados aos mecanismos de *accountability*, de avaliação, de regulação e de acreditação. Mas, afinal, o que é qualidade, em especial no âmbito educacional? Como se mede qualidade? Como se garante qualidade?

Segundo Correa (2003), nos documentos legais, a falta de especificação sobre o que seria qualidade, como se manifestaria e por quais critérios poderia se pautar é um dos problemas mais recorrentes. Por ser um conceito polissêmico e dependente do processo histórico, político, social e cultural da sociedade, defini-lo não é tarefa fácil, como muitos estudiosos já apontaram (NETO, ROSENBERG, 1995; CORREA, 2003; DOURADO, OLIVEIRA, SANTOS, 2007). Para Zabalza (1998, p.32): “A qualidade não é um repertório de traços que se possuem, mas sim algo que vai sendo alcançado. A qualidade é algo dinâmico, algo que se constrói dia a dia e de maneira permanente”.

É dentro desse enquadramento que a UnDF certamente desenvolverá a sua estratégia institucional para a qualidade, numa lógica de partilha e compromisso de todos com a sua identidade, missão, visão, valores e objetivos, a partir de referências e metas estabelecidas nos documentos de gestão estratégica, que contemplarão as ações, metodologias, parâmetros de monitoramento, calendários de execução e responsabilidades dos diferentes órgãos, serviços e atores envolvidos.

A partir dessa perspectiva, entende-se que a autoavaliação promoverá de forma transversal na instituição a participação ativa e empenhada de cada um dos seus membros no aprofundamento da cultura da qualidade através do seu comprometimento e contributo para a melhoria contínua de cada um dos processos em que intervêm. Transversalidade que tem como referência primeira as pessoas, mas o conceito aplica-se igualmente a toda a ação da Universidade nas várias funções da sua missão e concretiza-se de forma específica em cada uma delas.

Entende-se que a implementação de uma estratégia de qualidade por parte da IES, que possibilite avaliar de forma eficiente e isenta a percepção de docentes, discentes, comunidade externa, profissionais da educação e demais colaboradores acerca do que se faz e a forma como se faz, é fundamental.

Esta proposta ainda considera a IES como espaço de educação e formação, de acordo com a singularidade e multirreferencialidade do seu projeto educativo, e a sua autoavaliação será um instrumento de melhoria, a partir das questões-chave, citadas a seguir.

* “Por que se avalia?” (finalidades).
* “O que se avalia?” (objetivos).
* “Como se avalia?” (procedimentos).
* “Quem está envolvido?” (participantes).
* “A quem interessam os resultados da avaliação?” (beneficiários).

Postos tais aspectos, reafirma-se que toda avaliação exige um referencial. Se avaliar pressupõe a formulação de um juízo de valor para a atribuição de um mérito com vista à tomada de decisão, o questionamento sobre a qualidade do objeto exige a explicitação de um referencial que torne possível uma avaliação fundamentada, credível e rigorosa.

Reafirma-se que esta proposta considera que todo processo de avaliação deve considerar que a qualidade e sua garantia são de responsabilidade primária da própria IES, conforme já colocado e que tais processos devem possuir características básicas, a saber:

* Processo Abrangente: avalia todas as atividades com base em critérios claros;
* Processo Sistemático: monitoramento > acompanhamento > avaliação > retroação = orientado à melhoria contínua;
* Processo Participativo: envolve ativamente todos os atores; e
* Processo Institucionalizado: política institucional para a qualidade e estruturas, devidamente institucionalizadas.

Avaliar interna e externamente o desempenho institucional por meio de indicadores com o propósito de monitorar e garantir a qualidade da globalidade dos serviços prestados e a necessária satisfação das partes envolvidas na prestação de serviços contribuirá eficazmente para a melhor prossecução da missão e dos objetivos institucionais.

Ressalta-se que a garantia de qualidade, abordada nessa proposta, vem do entendimento de que a avaliação vem se firmando cada vez mais como um instrumento de regulação da qualidade das IES, da gestão da agenda educacional e da indução da qualidade dos sistemas educacionais, num cenário de diversificação de modelos institucionais, de expansão do acesso à Educação Superior, de integração e de reconhecimento internacional.

Sopesando o exposto anteriormente, ressaltam-se os conceitos que contribuem com a elucidação do que aqui se propõem: *accountability*, avaliação, regulação e acreditação. Ressalta-se aqui que a acreditação faz parte da proposta por considerar o viés da internacionalização que a UnDF apresenta em seus propósitos.

### Accountability.

A partir da leitura dos documentos que delineiam as características da UnDF, fica evidenciado como primordial que todos pratiquem soluções inovadoras e sustentáveis, com aprendizagem e desenvolvimento contínuos, alinhadas à cultura e aos objetivos da instituição e que cada indivíduo seja responsável por suas ações. Cada integrante ou membro da equipe deve ter o real senso sobre sua responsabilidade na geração de resultados, assumindo responsabilidades.

Sem uma tradução específica, *accountability* vem do inglês e tem como sinônimo, no português, a palavra responsabilização, como algo relacionado ao comprometimento organizacional, visando impulsionar os resultados de forma transparente e idônea. De acordo com Rocha (2008), pode-se entender a *accountability* como um processo de avaliação e responsabilização permanente, que propicia o entendimento do que se faz, como é feito e que consequências são geradas a partir dessas duas ações. Para Harvey e Newton (2004), a *accountability* tem sido o fundamento racional dominante para introdução da avaliação dos padrões de qualidade na Educação Superior. Nesse entendimento, comenta-se que um dos mais importantes propósitos da *accountability* é a geração de informações públicas sobre tais padrões de qualidade dos cursos e instituições, que poderão ser disponibilizadas no site da UnDF, através dos meios de comunicação a serem considerados pela CPA, como por exemplo portifólios, painéis, panfletos.

Esta proposta considera tal aspecto por entender que não é possível construir uma rede de indicadores de qualidade desconsiderando tais premissas. Entende-se como sendo determinante para o sucesso dos processos de autoavaliação institucional que a comunidade acadêmica internalize suas responsabilidades e assuma compromissos com a instituição e consigo mesma, pois, como agentes centrais dessa ferramenta, os profissionais envolvidos devem por excelência adotar posturas proativas em prol dos melhores resultados.

### Autoavaliação.

Não há como compreender as transformações da educação no âmbito da globalização e da internacionalização sem levar em conta as práticas de autoavaliação, as quais são fundamentais na busca e na garantia da qualidade porque têm um caráter dialogal e sugere a participação de todos que compõem a comunidade educativa.

O pressuposto é o de que a participação é fundamental para a socialização e para a democratização dos processos que visam ao fortalecimento institucional, na compreensão de que as reais e mais duradouras transformações em educação só se realizam quando há envolvimento dos atores e quando os membros de uma instituição se sentem solidariamente comprometidos com as mudanças qualitativas.

Um dos propósitos da autoavaliação é o de subsidiar os gestores com informações aprofundadas e detalhadas sobre o funcionamento institucional. Conforme aponta Dias Sobrinho (2003, p.163):

Nessas avaliações estão presentes as grandes dificuldades, que consistem na necessidade de combinar o caráter descritivo e prescritivo. A avaliação deve produzir diagnósticos, isto é, deve descrever de forma organizada e interpretada o conjunto de informações relevantes, que deem conta das fragilidades e fortalezas da realidade posta em causa. Mas também deve ir além e construir os critérios normativos que levem à superação dos problemas e produzam uma melhor qualidade. A avaliação não deveria se confundir com uma auditoria, o que muitas vezes ocorre. Não basta avaliar as práticas e programas do ponto de vista de sua efetividade. É preciso também avaliar os resultados, não simplesmente medi-los; isto é, importa compreender as causalidades que estão à raiz dos problemas e os efeitos produzidos. (DIAS SOBRINHO, 2003, p.163).

Ainda citando Dias Sobrinho (2002, p.135), vale ressaltar o significado de avaliar que esta proposta considera:

Avaliar é mais que elaborar um banco de dados, medir os graus de possíveis aprendizagens, inventariar resultados ou demonstrar desempenhos, embora tudo isso seja importante e deva fazer parte do processo. É mais que medir, selecionar, controlar e fiscalizar, embora essas funções tenham estigmatizado toda a história da avaliação e sob muitos argumentos se justifiquem. A avaliação democrática, no sentido de uma ampla ação do coletivo universitário, deve priorizar seu potencial formativo e proativo. Deve levar a instituição educativa a se interrogar de forma radical e de conjunto sobre os significados de seus serviços e atividades e de suas relações com a ciência e com a sociedade. Essencialmente, a avaliação deve suscitar interrogações de sentido ético, político e filosófico sobre a formação que está promovendo e engendrar reflexões sobre o significado mais profundo da missão e da visão de cada instituição, segundo os princípios da equidade e da pertinência. (DIAS SOBRINHO, 2003, p.135).

É a partir de tal conceituação que se compreende em que momento e como a avaliação vence a barreira da mera quantificação e se torna parte da cultura institucional, voltada a promover e garantir a qualidade. É quando este importante ato, o de avaliar, possibilita a compreensão de significados a partir das relações institucionais, dos processos, dos procedimentos, considerando questões filosóficas, éticas, políticas, respeitando a autonomia da universidade, e simultaneamente favorecendo aspectos relacionados a eficiência, eficácia, efetividade e relevância social.

### Acreditação.

A Acreditação é um método de avaliação e certificação que busca, por meio de padrões e requisitos previamente definidos, promover a qualidade dos serviços prestados. Para ser acreditada, precisa-se comprovadamente atender a padrões definidos internamente, e àqueles reconhecidos internacionalmente. Conforme já foi posto anteriormente, a acreditação faz parte da proposta por considerar o viés da internacionalização que a UnDF apresenta em seus propósitos. Para Lamarra (2007), a acreditação é entendida como um processo de revisão externa de qualidade, a avaliação da qualidade e a acreditação estão relacionadas. A acreditação exige, previamente, a avaliação. Nesse entendimento, Pehu-Voima, Hämaläinen e Wahlén (2001) afirma que a acreditação visa a melhorar a confiabilidade e a imagem pública de uma organização ou de um programa de graduação.

Para Erichsen (2007), a acreditação e a avaliação têm aspectos análogos, ambos os procedimentos devem servir para a garantia da qualidade do sistema de educação superior. Entretanto, o autor aponta que também existem diferenças a serem consideradas. Enquanto a avaliação é um processo em que o destinatário do relatório avaliado é a instituição e essa o interpreta para fins de automonitoramento, no processo de acreditação o objetivo do relatório é formar uma parcela da opinião pública.

Realizado de forma voluntária e reservada, o método de avaliação para acreditação não tem caráter fiscalizador e constitui, essencialmente, a busca pela excelência dos cursos ofertados e dos serviços prestados, revistos periodicamente para estimular a melhoria contínua.

Por não ter caráter prescritivo, a metodologia de acreditação não traz recomendações específicas sobre ferramentas, técnicas, processos ou linhas metodológicas a serem seguidas pelas organizações que a ela se submetem.

Vale o destaque de que no Brasil especificamente não se faz acreditação, tal procedimento está posto a partir do [Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do Mercosul e Estados Associados (Arcu-Sul](http://arcusur.org/arcusur_v2/)[[1]](#footnote-1)[)](http://arcusur.org/arcusur_v2/). O Arcu-Sul é um mecanismo permanente de acreditação regional do [Setor Educacional do Mercosul](https://www.mercosur.int/pt-br/temas/educacao/). Seu objetivo é dar garantia pública, na região do Mercosul e dos estados associados, dos níveis de qualidade acadêmicos e científicos dos cursos. Os países participantes são Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. A acreditação segue critérios regionais elaborados por comissões consultivas, sob a coordenação da Rede de Agências Nacionais de Acreditação (Rana). Esse mecanismo respeita as legislações nacionais e a adesão por parte das instituições de Educação Superior é voluntária.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é responsável pela operacionalização do Arcu-Sul no Brasil e é executor do sistema de avaliação nacional de instituições de Educação Superior e de cursos de graduação. As ações do instituto produzem indicadores e um sistema de informações que subsidia tanto o processo de regulação, exercido pelo Ministério da Educação, quanto garante transparência dos dados sobre qualidade da educação superior a toda a sociedade.

Postos tais aspectos, e considerando toda a proposta em torno da efetivação da metodologia prevista para o pleno desenvolvimento da UnDF, uma instituição inovadora, entende-se que os eixos sob os quais se dão os processos de acreditação devem ser sopesados em sua proposta de autoavaliação. Pois sistemas de acreditação buscam a melhoria permanente da formação das pessoas, com padrões de qualidade requeridos para a promoção do desenvolvimento econômico, social, político e cultural. Da mesma forma, visa à consolidação de uma sociedade do conhecimento e de uma comunidade científica voltadas à constituição de um mundo de igualdade e de paz, no qual prevaleça a responsabilidade, a defesa dos direitos humanos, o meio ambiente e a cooperação solidária.

### Regulação.

A legislação brasileira estabelece uma forte relação entre avaliação e regulação no contexto da Educação Superior. A Constituição Federal de 1988 formalizou princípios para o controle e a garantia da educação, afirmando o dever do Estado em realizar a avaliação de qualidade da educação ofertada pelas IES, sejam públicas ou privadas (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), no seu Art. 9º, explicita a finalidade da avaliação da educação brasileira e as atribuições da União como sendo “assegurar processo nacional de avaliação de rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior” (Inciso VI), “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior” (Inciso VIII) e “autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino” (Inciso IX).

No que tange à legislação que abrange a Educação Superior no Distrito Federal, vale aqui destacar a Resolução n. 2/2017-CEDF, de 19 de setembro de 2017 (CEDF, 2017), que estabelece normas para a Educação Superior no Sistema de Ensino do Distrito Federal, e no seu capítulo IV, trata da regulação. Aponta no seu Art. 27 os atos de regulação das IES de cursos e programas, como sendo: credenciamento, recredenciamento, autorização para funcionamento e oferta de cursos, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, sendo que tais atos têm prazos limitados. Neste âmbito, cabe salientar que a relação entre avaliação e regulação está mantida, conforme posto junto a Resolução n. 2/2017-CEDF, de 19 de setembro de 2017, citada anteriormente, no capítulo VI, que trata da tramitação dos atos de regulação, Art. 67, que evidencia que tais tramites ocorrerão a partir da designação de comissões de avaliação da qualidade e do desempenho das atividades didático-pedagógicas e administrativas.

Ao analisar o conceito da regulação, cita-se Hood (2004), que considera três mecanismos sobre o tema, sendo o primeiro o controle, por meio de diretrizes governamentais, o segundo a competição, através da valorização de relações do mercado e a influência horizontal de pares, manifestada através de processos de autorregulação.

Acredita-se que esta proposta deve considerar os três mecanismos citados, pois o primeiro que se coloca a partir das diretrizes governamentais está previsto na legislação citada anteriormente, o segundo naturalmente fará parte do cotidiano institucional, a partir dos olhares externos, em especial, e o terceiro trata de forma direta do objeto desta proposta — a autoavaliação, que certamente favorecerá por meio da utilização dos seus resultados a autorregulação institucional.

# DESENVOLVIMENTO

A partir dos anos noventa do século passado, ganharam força questionamentos abordando em que medida a massificação da Educação Superior, com a consequente espiral de aumento de custos e a necessidade de aumentar a eficiência do sistema, afetaria a qualidade do ensino prestado.

Nesse sentido, assiste-se ao desenvolvimento de indicadores de desempenho, não só para monitorar a eficiência do sistema, mas também a sua qualidade. A ideia é que este tipo de indicador possa contribuir nas tomadas de decisões.

Vale destacar aqui que os indicadores não substituem ou excluem a tradicional avaliação pelos pares, eles vêm, de alguma forma, complementá-la. À observação e ao julgamento pelos pares, alia-se a informação fornecida pelos indicadores, no sentido de sustentar melhor esses julgamentos.

A avaliação por pares no Distrito Federal está prevista na Resolução n. 2/2017-CEDF, de 19 de setembro de 2017, sob a forma das comissões de especialistas, e, em seu Art. 84, prevê que estas seguirão regras, dentre as quais ter como base para a elaboração dos relatórios de avaliação os relatórios de autoavaliação.

Art. 84. A comissão de especialistas designada pelo órgão próprio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal obedece às seguintes regras:

I - Visita dos avaliadores à instituição;

II - Elaboração do relatório de avaliação, com base nos relatórios de autoavaliação, nos documentos da instituição, nas informações advindas dos diversos processos avaliativos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, nas entrevistas e nos demais dados e resultados levantados durante a visita.

§ 1º A comissão de especialistas, ao término do processo de avaliação, emite relatório de avaliação com conceitos dos indicadores, com base nos indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

§ 2º A comissão de especialistas relata as condições e comprovações de cumprimento dos requisitos legais e normativos elencados nos instrumentos de avaliações que subsidiam os atos regulatórios. (CEDF, 2017).

Ainda considerando a Resolução n. 2/2017-CEDF, de 19 de setembro de 2017, Art. 108, e as comissões de especialistas, ressalta-se o fato de que a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal deve instituir e manter um banco de avaliadores para as inspeções em instituições de educação superior, conforme citado a seguir:

Art. 108. O órgão próprio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal deve instituir e manter um banco de avaliadores para as inspeções em instituições de educação superior.

§ 1º O banco de avaliadores é composto de especialistas em educação superior, nas áreas do curso, pedagógica e institucional.

§ 2º Os avaliadores de que trata o caput devem perceber pró-labore, a título de prestação de serviços, quando da realização da inspeção.

§ 3º O valor de pró-labore para cada especialista, observada a devida função, seguirá os mesmos valores estabelecidos para o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

§ 4º A efetivação do pagamento do pró-labore ao avaliador ficará a cargo da instituição de educação superior visitada que deve prever o valor quando da autuação do processo.

§ 5º A adesão ao banco de avaliadores é facultada à instituição educacional.

§ 6º É expressamente vedado o pagamento de qualquer sobretaxa em relação ao valor estabelecido conforme o § 3º, havendo a previsibilidade de denúncia de irregularidade aos órgãos públicos.

§ 7º A instituição do banco de avaliadores de que trata o caput deve ser precedida de regulamentação pelo órgão próprio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. (CEDF, 2017).

Nesse âmbito, vale o destaque de que a proposta que aqui se desenha entende que a autoavaliação e a avaliação externa realizada pelas comissões de especialistas se complementam. Pois, conforme afirma Freitas (2012, p. 38), “Com a autoavaliação o que se espera é que o coletivo localize seus problemas, suas contradições, reflita sobre eles e estruture situações de melhoria ou superação”. Assim, acredita-se que toda IES deve sim, intencionalmente, antecipar a construção do seu padrão de qualidade, por meio do autoconhecimento, da autorregulação e da autoformação. Para isso é preciso adotar medidas para ajustes e correções de rumos, respeitando as individualidades e as especificidades de cada curso e encontrar meios para que suas potencialidades sejam evidenciadas. As avaliações internas e externas se complementam, ambas devem existir, com seus critérios, normas e definições próprias, tendo o objetivo comum de garantir a melhoria da qualidade.

## A UTILIZAÇÃO DE INDICADORES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A qualidade educacional é um direito garantido pelo artigo 206 da Constituição Federal/88, no inciso VII, que trata de garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1988). Cabral e Giorgi (2012, p.117) comentam que: “Nesse sentido, o dispositivo legal supranarrado determina que a educação em geral, em todos os seus níveis e para todos, deve ter ‘padrão de qualidade’”. E nessa perspectiva a utilização de indicadores tem papel basilar.

Em relatório, a OCDE descreve o rápido desenvolvimento em 11 países analisados na área dos indicadores de desempenho no final da década de oitenta do século passado (Kells, 1992). Numa análise crítica desses desenvolvimentos, Kells (1992) conclui pela inadequação da utilização de indicadores para comparar e ordenar IES, mas recomenda a sua utilização numa perspectiva de desenvolvimento do desempenho institucional.

Também Vroeijenstijn (1995) aponta para a dualidade da utilização dos mecanismos de avaliação da Educação Superior: prestação de contas e desenvolvimento das próprias IES, e para a tensão entre esses dois propósitos. Sarrico e Dyson (2000) admitem que a universidade estará “ensanduichada” entre a avaliação do Estado e a avaliação do Mercado e a prossecução dos seus próprios objetivos. Ainda relativamente a este assunto, defende-se a necessidade de complementaridade entre a avaliação externa da Educação Superior e os mecanismos internos de desenvolvimento do desempenho das IES.

O grande desenvolvimento conceitual de indicadores aconteceu nos anos 80 e 90 do século passado. O nível de análise varia: ciclos de estudo, unidades orgânicas, instituições ou o próprio sistema de Educação Superior.

À medida que os indicadores vão sendo disseminados, são visíveis as deficiências de algumas medidas, sobretudo se utilizadas isoladamente, e dos efeitos perversos que a sua utilização poderá gerar. Motivo pelo qual esta proposta sugere a análise e a interpretação de indicadores sempre de forma integrada.

A discussão sobre os propósitos da utilização dos indicadores revela, mais uma vez, que diferentes propósitos coexistem. A utilização de medidas para a construção de indicadores para informar o Estado nas suas decisões de supervisão e regulação do sistema de Ensino Superior não esgota também o propósito de informar aos atores da Educação Superior, e ainda o de possibilitar a cada instituição informação para a sua própria gestão. Assim, o que para alguns são indicadores, para outros serão ”estatísticas”’ ou ainda “‘estatísticas para a gestão”.

Para além da avaliação pelos pares, Marsh (1987) relata experiências de avaliação do ensino pelos estudantes desde os anos vinte do século passado, sobretudo nos Estados Unidos. No entanto, muitos desses exercícios demonstravam ter pouco suporte científico. No sentido de contrariar essa falha, e de contribuir para o desenvolvimento de indicadores, vários instrumentos para medir a qualidade percepcionada do ensino por parte dos estudantes foram desenvolvidos, dois dos quais são particularmente citados: o SEEQ — Student Evaluation of Educational Quality (Marsh, 1987)[[2]](#footnote-2) e o CEQ — Course Experience Questionnaire (Ramsden, 1991)[[3]](#footnote-3). Esses instrumentos e suas adaptações têm sido utilizados em várias IES e países, complementando a avaliação pelos pares com a avaliação pelos estudantes, reconhecendo o seu papel importante nos processos de ensino-aprendizagem.

## A INTERPRETAÇÃO DOS INDICADORES

Indicadores não devem ser interpretados isoladamente. Recomenda-se que os indicadores sejam ajustados em função das diferenças de contexto. Ball and Halwachi (1987), com a emergência dos indicadores de desempenho na Educação Superior do Reino Unido, questionam a utilização dos mesmos indicadores e com as mesmas ponderações para todas as IES e alertam para a necessidade de acautelar diferentes missões e metas para diferentes IES.

Vale aqui destacar que esta proposta entende que indicadores qualitativos ou quantitativos coexistem e se complementam. Estão ligados à compreensão das mudanças pelas quais as instituições passam e aos objetivos que se têm. Acredita-se que em processos de autoavaliação institucional, os indicadores, sejam quantitativos ou qualitativos, têm grande relevância, pois favorecem a identificação das percepções da comunidade acadêmica em relação aos [resultados expressos](https://blogdaqualidade.com.br/como-melhorar-a-comunicacao-e-os-resultados-em-sua-empresa/) em geral por indicadores quantitativos.

# INDICADORES PROPOSTOS

Esta proposta está configurada a partir de grupos de indicadores, com o objetivo de facilitar a organização deles, e a elaboração futura de instrumentos que possibilitarão a coleta de dados capazes de efetivar tais indicadores. Tal organização considerou as dimensões previstas na Lei do Sinaes (BRASIL, 2004), a saber: a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; a responsabilidade social da instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal; a organização e gestão da instituição; a infraestrutura física; o planejamento e a avaliação; as políticas de atendimento aos estudantes; e a sustentabilidade financeira.

As políticas públicas educacionais da educação superior são direcionadas pelo princípio constitucional da garantia de padrão de qualidade, previsto no art. 206, inciso VII, da Constituição Federal de 1988. Fundamentando-se nessa máxima, em 2004 foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que tem como finalidade a melhoria da qualidade da educação nos cursos de graduação de Instituições de Educação Superior.

Dessa forma, independente da modalidade de oferta (presencial ou a distância), entende-se que os indicadores aqui propostos devem atender perspectivas avaliativas que contemplem o planejamento e a avaliação institucional, as políticas, o desenvolvimento institucional e a infraestrutura. Ressalta-se que em decorrência de novas legislações e do aperfeiçoamento de procedimentos, serão necessárias atualizações dos quadros de indicadores e dos instrumentos avaliativos, que deverão ser revisados, sempre considerando a participação da comunidade acadêmica.

## CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDANTES

Avaliar o perfil dos estudantes tem o intuito de identificar suas características. A medida proposta auxiliará na identificação de competências socioemocionais relacionadas ao sucesso escolar; orientando assim políticas institucionais para melhoria contínua.

Contemplou-se aqui indicadores que dizem respeito à seleção dos estudantes, uma vez que na proposta de Estatuto da UnDF, Art. 66, § 1º, está posto que: “Regulares são os estudantes matriculados após aprovação e classificação em processo seletivo de ingresso na UnDF, visando à obtenção de diploma, que não tenham sido excluídos em decorrência das circunstâncias previstas nos Regimentos e nas normas do ensino da universidade” (CEBRASPE, 2022, p. 64). Assim, foram inseridos indicadores que retratam aspectos do processo seletivo, como forma de contribuir com o refinamento das informações relacionadas ao perfil dos estudantes.

Indicadores de perfil, considerando as características individuais (idade, raça/cor, gênero, nome social, ensino médio público ou privado, modalidade de ensino — presencial ou EaD) e ingresso por cota (racial ou socioeconômica), terão como fonte de informações questionário socioeconômico a ser preenchido pelo estudante no ato do seu ingresso na instituição.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1. Características dos Estudantes. | | | | | | | |
| **Indicador** | **Nome** | **Relevância** | **Ambiguidade[[4]](#footnote-4)** | **Manipulabilidade[[5]](#footnote-5)** | **Problemas de recolha** | **Nível de agregação** | **Relação com outros indicadores** |
| 1.1 | Nota mínima de ingresso. | É uma medida da qualidade dos estudantes à entrada. Mede ainda a procura do curso. | Não reflete a distribuição de notas de ingresso. | Pode tentar elevar-se este valor escolhendo uma prova de acesso ao curso que tradicionalmente tem classificações mais elevadas. | Os dados necessários já são recolhidos. | Cursos | Potencialmente quanto mais elevado, mais elevadas as taxas de progressão, conclusão e empregabilidade. |
| 1.2 | Nota mediana de ingresso. | É uma medida da qualidade dos estudantes à entrada. Mede ainda a procura do curso. | Complementa o indicador 1.1 e agrega informação adicional sobre a distribuição das notas de ingresso. | Pode tentar elevar-se este valor escolhendo uma prova de acesso ao curso que tradicionalmente tem classificações mais elevadas. | Os dados necessários já são recolhidos. | Cursos | Potencialmente quanto mais elevado, mais elevadas as taxas de progressão, conclusão e empregabilidade. |
| 1.3 | Percentual de alunos que acedeu pelo vestibular. | Mede o peso dos alunos tradicionais, distinguindo daqueles que acedem por meio de outras formas de ingresso. |  |  | Os dados necessários já são recolhidos. | Cursos |  |
| 1.4 | Nível médio de escolaridade dos pais.  Percentual de estudantes que tanto o pai como a mãe possuem escolaridade maior ou igual ao ensino médio.  Percentual de estudantes cujas mães possuem escolaridade maior ou igual ao ensino médio.  Percentual de estudantes cujos pais possuem escolaridade maior ou igual ao ensino médio. | Mede a origem socioeconômica dos estudantes. |  |  | Os dados necessários já são recolhidos. | Cursos | Potencialmente quanto mais elevado, mais elevadas as taxas de progressão, conclusão e empregabilidade. |
| 1.5 | Percentual de estudantes deslocados da residência permanente, em função do ingresso no curso. | Mede o poder de atração do curso para além da localidade onde está inserido. |  |  | Os dados necessários já são recolhidos. | Cursos |  |
| 1.6 | Percentual de estudantes cuja residência permanente é no estrangeiro (% alunos estrangeiros). | Mede a internacionalização do curso. |  | Pode ser inflacionada com pessoas nascidas no estrangeiro, mas residentes permanentemente  no Brasil. | Os dados necessários já são recolhidos. | Cursos | Analisar conjuntamente ao indicador 8.14. |
| 1.7 | Percentual de estudantes em programas  Internacionais. | Mede a internacionalização. |  |  |  |  |  |
| 1.8 | Número de inscritos no curso / o número de vagas ofertadas. | Mede o poder de atração do curso. |  | Diminuindo o número de vagas, aumenta o valor do indicador. | Os dados necessários já são recolhidos. | Cursos |  |
| 1.9 | Percentual de estudantes com status de estudante trabalhador. | Indica o grau de compromisso dos estudantes para com os seus estudos. |  |  | Os dados necessários já são recolhidos. | Cursos | Potencialmente quanto mais elevado, mais baixas as taxas de progressão, conclusão e empregabilidade. |
| 1.10 | Número médio de estudantes concluintes, em função do tempo de integralização do curso[[6]](#footnote-6). | É uma medida de eficiência formativa. |  | Pode tentar elevar-se baixando o nível de exigência para a conclusão do curso. A utilização concomitante de indicadores sobre o destino dos graduados poderá corrigir este efeito. | Os dados necessários já são recolhidos. | Cursos |  |
| 1.11 | Percentual de diplomados à procura de emprego. | É uma medida de desemprego dos diplomados. | Pode não ter tanto a ver com o desempenho da instituição, e sim com as características do mercado laboral local. |  | . | Cursos |  |
| 1.12 | Número diplomados em N+1 anos/ nº diplomados total. | Empregabilidade. |  |  |  | Cursos |  |
| 1.13 | Número diplomados em N+2 anos/ nº diplomados total. | Empregabilidade. |  |  |  | Cursos |  |
| 1.14 | Número diplomados em N+2 anos/ nº diplomados total. | Empregabilidade. |  |  |  | Cursos |  |
| 1.15 | Percentual diplomados que conseguiram emprego em setores de atividade relacionados com a área de formação. | Medida de impacto. | Recolhida por amostragem. |  |  | Cursos |  |
| 1.16 | Percentual diplomados que obtiveram emprego em outros setores de atividade. | Medida de impacto. | Recolhida por amostragem. |  |  | Cursos |  |
| 1.17 | Total de desempregados/ diplomados. | Medida de impacto. | Recolhida por amostragem. |  |  | Cursos |  |

Fontes: Instrumentos de avaliação Inep/Mec[[7]](#footnote-7). Questionário socioeconômico do Enade[[8]](#footnote-8).

Cabe a observação de que no conjunto de indicadores aqui contemplados, com o intuito de favorecer a descrição do perfil dos estudantes, estão previstos aspectos relacionados ao estudante diplomado — egresso. Entende-se que tais informações, a partir do momento que a UnDF possuir tais egressos, poderão ser correlacionadas e comparadas com as características inicialmente apresentadas pelos estudantes, e contribuir para a verificação de fatores relacionados a empregabilidade.

## DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

A partir deste conjunto de indicadores, objetiva-se identificar pontos de atenção, que poderão gerar dificuldades para os estudantes junto ao seu percurso acadêmico, busca-se mensurar o desempenho, analisar a curto, médio ou longo prazos se as competências e habilidades previstas foram desenvolvidas no decorrer do curso. Espera-se gerar informações capazes de favorecer a orientação e o planejamento institucional para estratégias didático pedagógicas, frente ao atendimento e integração das políticas acadêmicas.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 2. Desempenho dos Estudantes. | | | | | | | |
| **Indicador** | **Nome** | **Relevância** | **Ambiguidade** | **Manipulabilidade** | **Problemas de recolha** | **Nível de agregação** | **Relação com outros indicadores** |
| 2.1 | Total de inscritos em vagas ofertadas em relação ao tempo (em anos de oferta do curso) e a capacidade formativa do curso em vagas anuais, em função do tempo de integralização do curso. | Este indicador mede a progressão dos alunos ao longo do curso. Deve ser medido para cada ano curricular do curso. Este indicador deverá aproximar-se de 1 (eficiência formativa de 100%). Quanto menor, menor a eficiência formativa. | Deverá ser comparado com o seu valor esperado. | Pode tentar elevar-se baixando o nível de exigência para a transição de ano de escolaridade. A utilização concomitante de indicadores sobre o destino dos graduados poderá corrigir este efeito perverso. | Os dados necessários já são recolhidos. | Cursos | Potencialmente é afetado pelos valores dos indicadores 1.1 a 1.11, direta ou indiretamente. |
| 2.2 | Classificação ou nota média dos diplomados. | Este indicador mede a qualificação à saída do diplomado. Quanto maior, maior deveria ser a qualidade dos diplomados. | Pode ser afetado pelos indicadores 1.1 a 1.11, pelo que deverá ser comparado com o seu valor esperado. | Pode tentar elevar-se baixando o nível de exigência para a atribuição de classificações. A utilização concomitante de indicadores sobre o destino dos graduados poderá corrigir este efeito perverso. | Os dados necessários já são recolhidos. | Cursos | Potencialmente é afetado pelos valores dos indicadores 1.1 a 1.11, direta ou indiretamente. |
| 2.3 | Número médio de inscrições até à conclusão do curso. | É uma medida adicional de eficiência formativa. Este indicador deverá aproximar-se do número de anos de escolaridade do curso (tempo de integralização). | Pode ser afetado pelos indicadores 1.1 a 1.11, pelo que deverá ser comparado com o seu valor esperado. | Pode tentar elevar-se baixando o nível de exigência para a transição de ano de escolaridade. A utilização concomitante de indicadores sobre o destino dos graduados poderá corrigir este efeito perverso. | Os dados necessários já são recolhidos. | Cursos | Potencialmente é afetado pelos valores dos indicadores 1.1 a 1.11, direta ou indiretamente. |
| 2.4 | Percentual de estudantes que abandonaram o curso por ano, e no tempo de integralização do curso. |  |  |  | Os dados necessários já são recolhidos. | Cursos | Potencialmente é afetado pelos valores dos indicadores 1.1 a 1.11, direta ou indiretamente. |
| 2.5 | Percentual de estudantes que trancaram suas matrículas no curso por ano, e no tempo de integralização do curso. |  |  |  | Os dados necessários já são recolhidos. | Cursos | Potencialmente é afetado pelos valores dos indicadores 1.1 a 1.11, direta ou indiretamente. |
| 2.6 | Percentual de alunos que reprovaram em pelo menos uma disciplina no semestre letivo. |  |  |  | Os dados necessários já são recolhidos. | Cursos | Potencialmente é afetado pelos valores dos indicadores 1.1 a 1.11, direta ou indiretamente. |
| 2.7 | Vagas preenchidas/ Total de vagas. | Mede a procura pelo curso e o ajustamento do número de vagas oferecidas à procura. |  |  |  |  |  |
| 2.8 | Vagas preenchidas/ Estudantes do 1º ano. | Dá uma ideia da retenção de alunos no 1º ano. | Mede a qualidade do ensino no 1º ano ou o  grau de exigência dos exames do 1º ano? | Pode tentar elevar-se este valor baixando a exigência dos exames do 1º ano. |  |  |  |

## NÍVEL DE ATIVIDADES DOCENTES E TUTORIAIS

Busca-se a coleta de dados e informações a respeito das atividades docentes, para que estas possam ser analisadas a luz da missão e dos objetivos institucionais, identificando pontos de atenção que por algum motivo estejam dificultando o alcance de tais preceitos. Espera-se que a partir destes indicadores, seja possível potencializar as competências docentes, de acordo com as prerrogativas acadêmicas. E assim, aperfeiçoar, alcançar novos aprendizados e ter uma formação qualificada. No entanto, é preciso ir além, acredita-se que esses indicadores não devem ser analisados isoladamente, precisam ser correlacionados com o aprendizado dos estudantes e de indicadores de produtividade, conforme será descrito no Produto 2 — TR 24 — consultor 2, no percurso metodológico.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 3. Nível de Atividade Docente. | | | | | | | |
| **Indicador** | **Nome** | **Relevância** | **Ambiguidade** | **Manipulabilidade** | **Problemas de recolha** | **Nível de agregação** | **Relação com outros indicadores** |
| 3.1 | Percentual de docentes envolvidos no desenvolvimento de projetos integradores. | É uma medida do envolvimento acadêmico junto ao desenvolvimento de projetos integradores. |  | Este indicador pode ser calculado considerando também o regime de trabalho e a titulação do corpo docente. | Os dados necessários já são recolhidos. | Área científica. |  |
| 3.2 | Percentual de publicações (docentes, tutores e discentes) relacionadas a temas abordados junto aos projetos integradores. | É uma medida do envolvimento acadêmico junto ao desenvolvimento de projetos integradores. |  | Este indicador pode ser calculado considerando também o regime de trabalho e a titulação. | Os dados necessários já são recolhidos. | Área científica. |  |
| 3.3 | Percentual de tutores envolvidos no desenvolvimento de projetos integradores. | É uma medida do envolvimento acadêmico junto ao desenvolvimento de projetos integradores. |  | Este indicador pode ser calculado considerando também o regime de trabalho e a titulação. | Os dados necessários já são recolhidos. | Área científica. |  |
| 3.4 | Percentual de professores doutores que atuam na pesquisa/ área de conhecimento. | É uma medida do nível de titulação e de atividade de pesquisa. | Pode haver docentes doutores que não atuem na pesquisa. | Este indicador pode ser calculado considerando também o regime de trabalho docente. | Os dados necessários já são recolhidos. | Área científica. | Analisar em paralelo aos indicadores de produtividade.  Analisar conjuntamente aos indicadores 8.8 e 8.12. |
| 3.5 | Número de orientandos na pós-graduação/ docente orientador. | É uma medida do nível  de atividade de investigação. | Um valor elevado pode significar muita atividade e/ou pouca qualidade na supervisão. | Pode tentar elevar-se este valor, diminuindo a seletividade à entrada. | Os dados necessários já são recolhidos. | Área científica. | Analisar em paralelo aos indicadores de produtividade. |
| 3.6 | Número de professores doutores a tempo  integral/ Número de  professores doutores. |  |  |  | Os dados necessários já são recolhidos. | Área científica. | Analisar em paralelo aos indicadores de produtividade. |
| 3.7 | Percentual de docentes estrangeiros. | Mede a internacionalização. |  | Pode ser inflacionada com pessoas nascidas no estrangeiro, mas residentes permanentemente  no Brasil. |  |  | Analisar em paralelo aos indicadores de produtividade.  Analisar conjuntamente ao indicador 8.14. |
| 3.8 | Número de estudantes matriculados/ Número de docentes. | Mede o nível de recursos humanos per capita. | Um valor baixo pode revelar um bom nível de recursos, ou simplesmente ineficiência. |  | Os dados necessários já são recolhidos. | Área formação. |  |
| 3.9 | Número de estudantes matriculados/ Número de professores doutores. | Mede o nível de recursos humanos per capita. | Um valor baixo pode revelar um bom nível de recursos, ou simplesmente ineficiência. |  | Os dados necessários já são recolhidos. | Área formação. |  |
| 3.10 | Número de estudantes matriculados/ Número de tutores. | Mede o nível de recursos humanos per capita. | Um valor baixo pode revelar um bom nível de recursos, ou simplesmente ineficiência. |  | Os dados necessários já são recolhidos. | Área formação. |  |
| 3.11 | Identificação de evidências de que as atividades dos tutores atendem às demandas didático-pedagógicas, compreendendo a mediação pedagógica. |  |  |  |  |  |  |
| 3.12 | Identificação de evidências de que as atividades docentes atendem às demandas didático-pedagógicas, compreendendo a mediação pedagógica. |  |  |  |  |  |  |
| 3.13 | Identificação de evidências de que as ações docentes estão alinhadas com às demandas comunicacionais e às tecnologias adotadas. |  |  |  |  |  |  |
| 3.14 | Identificação de evidências de que as ações dos tutores estão alinhadas com às demandas comunicacionais e às tecnologias adotadas. |  |  |  |  |  |  |
| 3.15 | Identificação de evidências de que as tecnologias de informação e comunicação adotadas garantam a acessibilidade digital e comunicacional. |  |  |  |  |  |  |
| 3.16 | Identificação de evidências de que as tecnologias de informação e comunicação adotadas promovem a interatividade entre docentes, tutores e discentes e possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem. |  |  |  |  |  |  |

Fonte: Instrumentos de avaliação Inep/Mec[[9]](#footnote-9). Censo da Educação Superior[[10]](#footnote-10).

## PRODUTIVIDADE

A proposta pedagógica da UnDF, a ser desenvolvida por meio de metodologias ativas, recursos inovadores e tecnologias capazes de favorecer o desenvolvimento das diversas atividades acadêmicas, certamente impulsionará a produtividade docente e discente. E assim, compreende-se que a produção do conhecimento, por meio de orientações, projetos integradores, grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação, relacionados aos objetivos, as perspectivas formativas previstas nos cursos de graduação e pós-graduação ofertados e o perfil do egresso desejado, deve ser considerada nesse âmbito. Com este quadro de indicadores, espera-se coletar informações capazes de indicar até que ponto a produtividade docente tem sido contemplada e tem contribuído para tais premissas.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1. Produtividade | | | | | | | |
| **Indicador** | **Nome** | **Relevância** | **Ambiguidade** | **Manipulabilidade** | **Problemas de recolha** | **Nível de agregação** | **Relação com outros indicadores** |
| 4.1 | Doutorados e mestrados concluídos por docente orientador, respeitando o tempo de conclusão. | É uma medida de resultados da atividade de pesquisa. | Um valor elevado pode não corresponder a resultados concretos, como publicações, citações e patentes. | Pode tentar elevar-se este valor diminuindo o grau de exigência. | Os dados necessários já são recolhidos. | Área científica. | Pode ser corrigido com indicadores de produtividade. |
| 4.2 | Número de publicações nas bases de dados. | É uma medida de resultados da atividade de pesquisa. | Um valor elevado pode significar menor qualidade das publicações. | Pode tentar elevar-se este valor publicando mais com menos qualidade, e fazendo uso de coautorias múltiplas com pouco contributo de alguns autores. | Os dados necessários já são recolhidos. | Área científica. | Pode ser corrigido com indicadores de produtividade. |
| 4.3 | Número de citações nas bases de dados. | É uma medida de resultados da atividade de pesquisa. | Um valor elevado pode significar círculos de citação e autocitação. | A prática de círculos de citação e autocitação pode ser analisada pela avaliação qualitativa pelos pares. |  | Área científica. | Eliminar autocitações. |
| 4.4 | Impacto das publicações nas bases de dados. | É uma medida de resultados da atividade de pesquisa. |  |  |  | Área científica. | Pode ser corrigido com indicadores de produtividade. |
| 4.5 | Número de patentes por professor doutor e orientandos. | É uma medida de resultados da atividade de investigação e desenvolvimento. |  |  |  | Área científica. | Analisar em conjunto com o indicador 7.3.  Pode ser corrigido com indicadores de produtividade. |
| 4.6 | Número de docentes e discentes que participam em redes de pesquisadores (nacional e internacional). | É uma medida de resultados da atividade de investigação e desenvolvimento. |  |  |  | Área científica. |  |
| 4.7 | Número de docentes e discentes que participam em projetos com o setor produtivo. | É uma medida de resultados da atividade de investigação e desenvolvimento. |  |  |  | Área científica. |  |
| 4.8 | Número de projetos integradores desenvolvidos. | É uma medida de resultados da atividade de investigação e desenvolvimento. |  |  |  | Área científica. |  |

Fonte: Avaliação Quadrienal — Capes[[11]](#footnote-11).

## 3.5. CORPO DOCENTE E TUTORIAL (TITULAÇÃO E REGIME DE TRABALHO)

Conhecer o corpo docente e tutorial a luz da sua qualificação e do seu regime de trabalho é entendido nesta proposta como sendo uma necessidade para se verificar e correlacionar tais aspectos com o pleno atendimento aos discentes, considerando suas perspectivas formativas.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 5. Recursos | | | | | | | |
| **Indicador** | **Nome** | **Relevância** | **Ambiguidade** | **Manipulabilidade** | **Problemas de recolha** | **Nível de agregação** | **Relação com outros indicadores** |
| 5.1 | Percentual de professores doutores. | Mede a titulação do corpo docente. | Em algumas áreas há falta de doutorados no país. |  | Os dados necessários já são recolhidos. | Área formação. | Analisar em conjunto com os indicadores 9.1 e 9.2. |
| 5.2 | Percentual de professores mestres. | Mede a titulação do corpo docente. |  |  | Os dados necessários já são recolhidos. | Área formação. | Analisar em conjunto com os indicadores 9.1 e 9.2. |
| 5.3 | Percentual de tutores doutores. | Mede a titulação do corpo tutorial. | Em algumas áreas há falta de doutorados no país. |  | Os dados necessários já são recolhidos. | Área formação. | Analisar em conjunto com os indicadores 9.1 e 9.2. |
| 5.4 | Percentual de tutores mestres. | Mede a titulação do corpo tutorial. |  |  | Os dados necessários já são recolhidos. | Área formação. | Analisar em conjunto com os indicadores 9.1 e 9.2. |
| 5.5 | Percentual de tutores especialistas. | Mede a titulação do corpo tutorial. |  |  | Os dados necessários já são recolhidos. | Área formação. | Analisar em conjunto com os indicadores 9.1 e 9.2. |
| 5.6 | Percentual de professores doutores em tempo integral. | Mede a titulação do corpo docente e o regime de trabalho. | Em algumas áreas há falta de doutorados no país. |  | Os dados necessários já são recolhidos. | Área formação. | Analisar em conjunto com os indicadores 9.1 e 9.2. |
| 5.7 | Percentual de tutores doutores em tempo integral. | Mede a titulação do corpo tutorial e o regime de trabalho. | Em algumas áreas há falta de doutorados no país. |  | Os dados necessários já são recolhidos. | Área formação. | Analisar em conjunto com os indicadores 9.1 e 9.2. |
| 5.8 | Percentual de professores mestres em tempo integral. | Mede a titulação do corpo docente e o regime de trabalho. |  |  | Os dados necessários já são recolhidos. | Área formação. | Analisar em conjunto com os indicadores 9.1 e 9.2. |
| 5.9 | Percentual de tutores mestres em tempo integral. | Mede a titulação do corpo tutorial e o regime de trabalho. |  |  | Os dados necessários já são recolhidos. | Área formação. | Analisar em conjunto com os indicadores 9.1 e 9.2. |
| 5.10 | Percentual de tutores especialistas em tempo integral. | Mede a titulação do corpo tutorial e o regime de trabalho. |  |  | Os dados necessários já são recolhidos. | Área formação. | Analisar em conjunto com os indicadores 9.1 e 9.2. |
| 5.11 | Número de professores visitantes. | Mede a qualificação do corpo docente. |  |  | Os dados necessários já são recolhidos. | Área formação. | Analisar em conjunto com os indicadores 9.1 e 9.2. |
| 5.12 | Identificação de evidências de que o regime de trabalho do corpo docente permite o atendimento integral da demanda existente. | Considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e a correção das avaliações de aprendizagem, havendo documentação sobre as atividades dos professores em registros individuais de atividade docente, utilizados no planejamento e gestão para melhoria contínua. |  | Este indicador deve ser apresentado considerando a titulação e o regime de trabalho. |  | Área formação. |  |
| 5.13 | Identificação de evidências de que o corpo docente possui experiência profissional no mundo do trabalho, que permite apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em relação ao fazer profissional. | Considerando a interação conteúdo e prática, compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e a relação do conteúdo abordado e a profissão. |  | Este indicador deve ser apresentado considerando a titulação e o regime de trabalho. |  | Área formação. |  |
| 5.14 | Identificação de evidências de que o corpo tutorial possui experiência capaz de permitir o suporte às atividades dos docentes, e a realização da mediação pedagógica. | Considerando a qualidade no relacionamento com os estudantes, incrementando processos de ensino aprendizagem. |  | Este indicador deve ser apresentado considerando a titulação e o regime de trabalho. |  | Área formação. |  |

Fonte: Instrumentos de avaliação Inep/Mec[[12]](#footnote-12). Censo da Educação Superior[[13]](#footnote-13).

## 3.6. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.

Este conjunto de indicadores visa a verificar até que ponto os resultados obtidos por meio dos processos avaliativos internos e externos têm contribuído e influenciado como planejamento institucional. Entende-se que avalições internas e externas se complementam, ambas devem existir, com seus critérios, normas e definições próprias, tendo o objetivo comum de garantir a melhoria da qualidade.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 6. Planejamento e avaliação institucional | | | | | | | |
| **Indicador** | **Nome** | **Relevância** | **Ambiguidade** | **Manipulabilidade** | **Problemas de recolha** | **Nível de agregação** | **Relação com outros indicadores** |
| 6.1 | Percentual de conceitos obtidos por meio de avaliações externas maiores ou iguais a 4. | Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.  Mede a efetiva percepção externa, obtida por meio de avaliadores. |  |  |  | Os dados a serem considerados nos cálculos deste indicador deverão compor o banco de dados da CPA. |  |
| 6.2 | Percentual de ações concluídas dentro do prazo, a partir dos planos de ação elaborados em função dos resultados obtidos junto aos processos de autoavaliação e de avalições externas. | Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.  Mede o grau de atuação da comunidade acadêmica frente aos resultados obtidos. |  |  |  | Os dados a serem considerados nos cálculos deste indicador deverão compor o banco de dados da CPA. |  |
| 6.3 | Quantitativo de decisões e ações efetivadas, a partir dos resultados obtidos por meio dos processos de autoavaliação e de avaliações externas. | Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.  Mede a relevância dos resultados obtidos por meio das avaliações realizadas, para a tomada de decisão. |  |  |  | Os dados a serem considerados nos cálculos deste indicador deverão compor o banco de dados da CPA. |  |
| 6.4 | Percentual de participantes (discentes, docentes, não docentes, coordenadores de curso), junto aos processos de autoavaliação. | Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.  Mede o comprometimento da comunidade acadêmica com os processos de autoavaliação. |  |  |  | Os dados a serem considerados nos cálculos deste indicador deverão compor o banco de dados da CPA. |  |
| 6.5 | Percentual de discentes, docentes, não docentes, coordenadores de curso, que afirmam conhecer os resultados obtidos por meio dos processos de autoavaliação. | Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.  Mede a efetividade dos processos de comunicação dos resultados observados nos processos de avalição, junto à comunidade acadêmica. |  |  |  | Os dados a serem considerados nos cálculos deste indicador deverão compor o banco de dados da CPA. |  |
| 6.6 | Percentual de atores, pertencentes a comunidade acadêmica, que por meio de ações desenvolvidas a partir dos resultados da autoavaliação tiveram suas necessidades atendidas. | As avaliações devem ser planejadas, conduzidas e reportadas de forma que encorajem o acompanhamento e a participação dos interessados, para aumentar a probabilidade de utilização.  Impacto da autoavaliação.  Utilização dos resultados. |  |  |  |  |  |
| 6.7 | Pertinência das informações coletadas por meio dos processos de autoavaliação. |  |  |  |  |  |  |
| 6.8 | Clareza dos relatórios de autoavaliação. | As perspectivas, procedimentos e lógicas utilizadas para interpretar os achados deverão ser cuidadosamente descritos, considerando que serão as bases para os julgamentos de valor.  Os relatórios de avaliação devem, objetivamente, descrever o que foi avaliado, incluindo o seu contexto, propósitos, procedimentos e achados, sendo essencial que forneçam informações para sua fácil compreensão. |  |  |  |  |  |
| 6.9 | Agilidade na produção e disseminação dos resultados e das informações, obtidos a partir dos processos de autoavaliação. | Os achados significativos identificados no decorrer da avaliação e o relatório devem ser disseminados a fim de ser usados a tempo. |  |  |  |  |  |
| 6.10 | Identificação de evidências de que a gestão considera a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo. | Gestão e os processos de avaliação interna e externa. |  |  |  |  |  |

Fonte: Instrumentos de avaliação Inep/Mec[[14]](#footnote-14). Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004 — Sinaes.[[15]](#footnote-15).

## 3.7 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.

Entendendo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) como sendo um instrumento de planejamento e gestão que considera a identidade da Instituição de Educação Superior, no que diz respeito a sua filosofia de trabalho, a missão a que se propõe, as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, a sua estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver, acredita-se que sua avaliação periódica é fundamental. Assim, este grupo de indicadores visa a avaliar o PDI e assim contribuir com o planejamento institucional.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 7. Desenvolvimento Institucional. | | | | | | | |
| **Indicador** | **Nome** | **Relevância** | **Ambiguidade** | **Manipulabilidade** | **Problemas de recolha** | **Nível de agregação** | **Relação com outros indicadores** |
| 7.1 | Percentual de metas, definidas no PDI e atingidas dentro do prazo. | Avaliação anual do PDI.  Missão, objetivos, metas e valores institucionais. |  |  | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA, que deverá contemplar a avaliação anual do PDI. |  | Comparar com os indicadores 8.5, 8.6, 8.7, 8.9, 8.11 e 8.12. |
| 7.2 | Número de projetos de pesquisa desenvolvidos e que propiciaram o incentivo a interdisciplinaridade. | PDI, planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e de pós-graduação. |  |  | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA, que deverá contemplar a avaliação anual do PDI. |  | Comparar com os indicadores 8.1, 8.2, 8.8, 8.9, 8.10 e 8.12. |
| 7.3 | Número de patentes registradas. | PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural. |  |  | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA, que deverá contemplar a avaliação anual do PDI. |  | Comparar com os indicadores 8.9, 8.10 e 8.12. |
| 7.4 | Percentual de estudantes que atuam junto à iniciação científica. | PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural. |  |  | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA, que deverá contemplar a avaliação anual do PDI. |  | Comparar com os indicadores 8.9, 8.10 e 8.12. |
| 7.5 | Percentual de docentes atuantes na iniciação científica. | PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural. |  |  | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA, que deverá contemplar a avaliação anual do PDI. |  | Comparar com os indicadores 8.9, 8.10 e 8.12. |
| 7.6 | Percentual de projetos desenvolvidos por estudantes e professores. | PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial. |  |  | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA, que deverá contemplar a avaliação anual do PDI. |  | Comparar com os indicadores 8.9, 8.10, 8.11 e 8.12. |
| 7.7 | Verificação das evidências documentais e testemunhais de que são desenvolvidos institucionalmente projetos de responsabilidade social. | A missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição estão expressos no PDI, comunicam-se com as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa, traduzem-se em ações institucionais internas, transversais a todos os cursos, e externas, por meio dos projetos de responsabilidade social. |  |  | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA, que deverá contemplar a avaliação anual do PDI. |  |  |
| 7.8 | Verificação das evidências documentais e testemunhais de que há alinhamento entre o PDI e as políticas institucionais para o desenvolvimento econômico e social. | PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social. Para a modalidade EAD, considerar as especificidades da sede e dos polos. |  |  | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA, que deverá contemplar a avaliação anual do PDI. |  |  |
| 7.9 | Evidências documentais e testemunhais de que há integração das políticas institucionais. | Integração das políticas institucionais? |  |  | Avaliados a partir dos processos avaliativos desenvolvidos pela CPA. | Desenvolvimento institucional. |  |

Fonte: Instrumentos de avaliação Inep/Mec[[16]](#footnote-16).

## 3.8 POLÍTICAS ACADÊMICAS.

Busca-se contribuir para que a UnDF consolide e expanda a sua excelência acadêmica, aliada ao compromisso institucional com a diversidade, a inclusão social, o pensamento crítico e a cidadania. Para tanto, entende-se como sendo indispensável a integração entre o ensino — nos seus diversos níveis e modalidades, a pesquisa e a extensão, priorizando ações inter e transdisciplinares, e instituindo mecanismos de fomento e apoio a projetos inovadores. Assim sendo, este grupo de indicadores busca identificar pontos de atenção no que diz respeito à institucionalização e ao desenvolvimento das políticas acadêmicas, e deve ser correlacionado com os indicadores previstos para avaliação do PDI, conforme será descrito no Produto 2 — TR 24 — consultor 2, no percurso metodológico.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 8. Políticas Acadêmicas | | | | | | | |
| **Indicador** | **Nome** | **Relevância** | **Ambiguidade** | **Manipulabilidade** | **Problemas de recolha** | **Nível de agregação** | **Relação com outros indicadores** |
| 8.1 | Periodicidade em que se dá a atualização curricular. Percentual de currículos atualizados. | Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação. |  |  | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA, que deverá contemplar a avaliação anual do PDI. |  | Comparar com o indicador 8.2, considerando as modalidades de ensino (presencial e a distância), o curso e a área de formação. |
| 8.2 | Nível de satisfação dos alunos matriculados em cursos presenciais com oferta de componentes curriculares na modalidade a distância (quando previsto no PDI). | Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação. |  |  | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA, que deverá contemplar a avaliação anual do PDI. |  | Comparar com o indicador 8.1, considerando as modalidades de ensino (presencial e a distância), o curso e a área de formação. |
| 8.3 | Número de programas de monitoria em uma ou mais áreas, de nivelamento, transversais a todos os cursos. | Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação. |  |  | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA, que deverá contemplar a avaliação anual do PDI. |  |  |
| 8.4 | Número de estudantes em mobilidade acadêmica com instituições nacionais ou internacionais. | Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação. |  |  | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA, que deverá contemplar a avaliação anual do PDI. |  |  |
| 8.5 | Percentual de cursos de pós-graduação lato sensu cuja oferta está articulada com as áreas da graduação. | Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação. |  | Este percentual deve ser calculado considerando as ações acadêmico administrativas voltadas aos cursos de pós-graduação e constantes no PDI, em função de todas as ações previstas. | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA, que deverá contemplar a avaliação anual do PDI. |  |  |
| 8.6 | Percentual de ações acadêmico-administrativas constantes do PDI que estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação. | Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação. |  | Este percentual deve ser calculado considerando as ações acadêmico administrativas voltadas aos cursos de pós-graduação e constantes no PDI, em função de todas as ações previstas. | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA, que deverá contemplar a avaliação anual do PDI. |  |  |
| 8.7 | Percentual de ações acadêmico-administrativas constantes do PDI que estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de graduação. | Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação. |  | Este percentual deve ser calculado considerando as ações acadêmico administrativas voltadas aos cursos de graduação e constantes no PDI, em função de todas as ações previstas. | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA, que deverá contemplar a avaliação anual do PDI. |  |  |
| 8.8 | Articulação com a graduação, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa, de iniciação científica e da atuação de professores dos programas de pós-graduação. | Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação. |  |  | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA, que deverá contemplar a avaliação anual do PDI. |  | Comparar com o indicador 8.5. |
| 8.9 | Percentual de ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural que estão em conformidade com as políticas estabelecidas. | Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação. |  | Este percentual deve ser calculado considerando as ações acadêmico administrativas voltadas a pesquisa ou iniciação e constantes no PDI, em função de todas as ações previstas. | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA, que deverá contemplar a avaliação anual do PDI. |  |  |
| 8.10 | Número de programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento e que promovam práticas reconhecidamente exitosas ou inovadoras. | Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação. |  |  | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA, que deverá contemplar a avaliação anual do PDI. |  |  |
| 8.11 | Percentual de ações acadêmico-administrativas para a extensão que estão em conformidade com as políticas estabelecidas, considerando práticas efetivas para a melhoria das condições sociais da comunidade externa. | Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão. |  | Este percentual deve ser calculado considerando as ações acadêmico administrativas voltadas a extensão e constantes no PDI, em função de todas as ações previstas. | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA, que deverá contemplar a avaliação anual do PDI. |  |  |
| 8.12 | Percentual de ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica que promovam publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais, incentivam a participação dos docentes em eventos de âmbito local, nacional e internacional, e incluem a organização e publicação de revista acadêmico-científica indexada no Qualis. | Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente. |  | Este percentual deve ser calculado considerando as ações acadêmico administrativas voltadas ao estímulo e difusão para a produção acadêmica docente e constantes no PDI, em função de todas as ações previstas. | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA, que deverá contemplar a avaliação anual do PDI. |  |  |
| 8.13 | Número de ações efetivadas que estejam em conformidade com a política institucional de acompanhamento de egresso. | Política institucional de acompanhamento dos egressos. |  |  | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA, que deverá contemplar a avaliação anual do PDI. |  |  |
| 8.14 | Número de ações efetivadas, que estejam em conformidade com a política institucional para internacionalização. | Política institucional para internacionalização. |  |  | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA. |  |  |
| 8.15 | Percentual de peças de comunicação que efetivamente contribuam com a divulgação de informações de cursos, de programas, da extensão e da pesquisa. | Comunicação da IES com a comunidade externa. |  |  | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA, que deverá contemplar a avaliação anual do PDI. |  |  |
| 8.16 | Verificação de evidências documentais e testemunhais de que há articulação da educação superior ofertada pela UnDF com a educação básica, no contexto das políticas acadêmicas, visto que esta tende a ser uma vocação da UnDF. |  |  |  | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA, que deverá contemplar a avaliação anual do PDI. |  |  |
| 8.17 | Verificação de evidências relacionadas ao alinhamento das políticas institucionais, constantes no PDI com a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso, adotando-se práticas comprovadamente inovadoras. |  |  |  | Os dados devem ser coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA, que deverá contemplar a avaliação anual do PDI. |  |  |

Fonte: Instrumentos de avaliação Inep/Mec[[17]](#footnote-17).

## 3.9 POLÍTICAS DE GESTÃO

Acredita-se que as políticas de gestão podem ser entendidas como sendo diretrizes gerais que expressam os parâmetros dentro dos quais as ações institucionais e de seus integrantes devem se desenvolver, no cumprimento da missão para o alcance da visão, e devem ser coerentes com os limites éticos estabelecidos pelos valores. Assim sendo, este grupo de indicadores busca identificar pontos de atenção no que diz respeito a institucionalização e desenvolvimento das políticas de gestão e deve ser correlacionado com os indicadores previstos para avaliação do PDI, conforme será descrito no Produto 2 — TR 24 — consultor 2, no percurso metodológico.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 9. Políticas de Gestão | | | | | | | |
| **Indicador** | **Nome** | **Relevância** | **Ambiguidade** | **Manipulabilidade** | **Problemas de recolha** | **Nível de agregação** | **Relação com outros indicadores** |
| 9.1 | Percentual de docentes, técnicos, discente e sociedade civil organizada com participação nos órgãos gestores e de colegiado. | Processos de gestão institucional. |  |  |  | Este indicador se aplica aos cursos de graduação (presenciais e a distância) e a IES. |  |
| 9.2 | Percentual do orçamento que está destinado às metas do PDI, de acordo com as políticas de ensino, extensão e pesquisa. | Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional. |  |  |  | Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional. |  |
| 9.3 | Verificação de processos de gestão institucional que consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados. | Processos de gestão institucional. |  |  | Avaliados a partir dos processos avaliativos desenvolvidos pela CPA. | Desenvolvimento institucional. |  |
| 9.4 | Verificação documental que regulamenta o mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados e sistematizam e divulgam as decisões colegiadas, cuja apropriação pela comunidade interna é assegurada. | Processos de gestão institucional. |  |  | Avaliados a partir dos processos avaliativos desenvolvidos pela CPA. | Desenvolvimento institucional. |  |
| 9.5 | Verificação de que o orçamento considera as análises do relatório de avaliação interna e dispõe de ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas. | Processos de gestão institucional. |  |  | Avaliados a partir dos processos avaliativos desenvolvidos pela CPA. | Desenvolvimento institucional. |  |
| 9.6 | Evidências documentais e testemunhais de que há integração das políticas institucionais. | Integração das políticas institucionais? |  |  | Avaliados a partir dos processos avaliativos desenvolvidos pela CPA. | Desenvolvimento institucional. |  |

Fonte: Instrumentos de avaliação Inep/Mec[[18]](#footnote-18).

## 3.10. INFRAESTRUTURA E RECURSOS PEDAGÓGICOS E TECNOLÓGICOS.

Entende-se que avaliar periodicamente a infraestrutura disponibilizada para que o projeto acadêmico seja desenvolvido é fator preponderante para que os objetivos institucionais sejam alcançados, aspecto que explica este grupo de indicadores. Acredita-se que tais indicadores devam ser correlacionados com indicadores que descrevem o desenvolvimento dos estudantes, conforme será descrito no Produto 2 — TR 24 — consultor 2, no percurso metodológico.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 10. Infraestrutura | | | | | | | |
| **Indicador** | **Nome** | **Relevância** | **Ambiguidade** | **Manipulabilidade** | **Problemas de recolha** | **Nível de agregação** | **Relação com outros indicadores** |
| 10.1 | Percentual de estudantes que afirmam que as condições de infraestrutura são adequadas. | Infraestrutura de execução e suporte.  O indicador se torna mais relevante, em geral, quando considera os momentos de aprendizagem.  Considerando adequação às atividades, à acessibilidade, à avaliação periódica dos espaços, ao gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e à existência de recursos tecnológicos diferenciados. | Este indicador para os cursos à distância não fará tanto sentido. |  | Os dados para cálculo deste indicador serão coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA. | Este indicador se aplica à IES e aos cursos de graduação e de pós-graduação. | Comparar com o indicador 10.2, considerando na comparação o gênero dos estudantes, os quartos de desempenho e as modalidades de ensino (presencial e a distância), o curso e a área de formação. |
| 10.2 | Percentual de professores que afirmam que as condições de infraestrutura são adequadas. | Infraestrutura de execução e suporte.  O indicador se torna mais relevante, em geral quando considera os momentos de aprendizagem.  Considerando adequação às atividades, à acessibilidade, à avaliação periódica dos espaços, ao gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e à existência de recursos tecnológicos diferenciados. | Este indicador para os cursos à distância não fará tanto sentido. |  | Os dados para cálculo deste indicador serão coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA. | Este indicador se aplica à IES e aos cursos de graduação e de pós-graduação. | Comparar com o indicador 10.1, considerando na comparação a área de atuação do professor, bem como a modalidade em que ele atua (presencial e a distância). |
| 10.3 | Percentual de professores que afirmam que os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas são adequados para a quantidade de estudantes. | Plano de expansão e atualização de equipamentos. |  |  | Os dados para cálculo deste indicador serão coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA. | Este indicador se aplica à IES e aos cursos de graduação e de pós-graduação. | Comparar com o indicador 10.4, considerando na comparação a área de atuação do professor, bem como a modalidade em que ele atua (presencial e a distância). |
| 10.4 | Percentual de estudantes que afirmam que os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas são adequados para a quantidade de estudantes. | Plano de expansão e atualização de equipamentos. |  |  | Os dados para cálculo deste indicador serão coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA. | Este indicador se aplica à IES e aos cursos de graduação e de pós-graduação. | Comparar com o indicador 10.3, considerando na comparação o gênero dos estudantes, os quartos de desempenho e as modalidades de ensino (presencial e a distância). |
| 10.5 | Percentual de estudantes que afirmam que os ambientes destinados às aulas práticas são adequados ao curso. | Infraestrutura de execução e suporte. |  |  | Os dados para cálculo deste indicador serão coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA. | Este indicador se aplica à IES e aos cursos de graduação e de pós-graduação. | Comparar com o indicador 10.6, considerando na comparação o gênero dos estudantes, os quartos de desempenho e as modalidades de ensino (presencial e a distância). |
| 10.6 | Percentual de professores que afirmam que os ambientes destinados às aulas práticas são adequados ao curso. | Infraestrutura de execução e suporte. |  |  | Os dados para cálculo deste indicador serão coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA. | Este indicador se aplica à IES e aos cursos de graduação e de pós-graduação. | Comparar com o indicador 10.5, considerando na comparação a área de atuação do professor, bem como a modalidade em que ele atua (presencial e a distância). |
| 10.7 | Percentual de estudantes que afirmam que a biblioteca (física e virtual) dispõe das referências bibliográficas que eles necessitaram. | Bibliotecas: plano de atualização do acervo. |  |  | Os dados para cálculo deste indicador serão coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA. | Este indicador se aplica à IES e aos cursos de graduação e de pós-graduação. | Comparar com o indicador 10.8, considerando na comparação o gênero dos estudantes, os quartos de desempenho e as modalidades de ensino (presencial e a distância). |
| 10.8 | Percentual de professores que afirmam que a biblioteca (física e virtual) dispõe das referências bibliográficas que eles necessitaram. | Bibliotecas: plano de atualização do acervo. |  |  | Os dados para cálculo deste indicador serão coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA. | Este indicador se aplica à IES e aos cursos de graduação e de pós-graduação. | Comparar com o indicador 10.7, considerando na comparação a área de atuação do professor, bem como a modalidade em que ele atua (presencial e a distância). |
| 10.9 | Percentual de estudantes que afirmam que a instituição conta com biblioteca virtual e acessam facilmente as obras disponíveis em acervos virtuais. | Bibliotecas: plano de atualização do acervo. |  |  | Os dados para cálculo deste indicador serão coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA. | Este indicador se aplica à IES e aos cursos de graduação e de pós-graduação. | Comparar com os indicadores 10.10 e 10.11, considerando na comparação o gênero dos estudantes, os quartos de desempenho e as modalidades de ensino (presencial e a distância) e a área de formação. |
| 10.10 | Percentual de professores que afirmam que a instituição conta com biblioteca virtual e acessam facilmente as obras disponíveis em acervos virtuais. | Bibliotecas: plano de atualização do acervo. |  |  | Os dados para cálculo deste indicador serão coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA. | Este indicador se aplica à IES e aos cursos de graduação e de pós-graduação. | Comparar com os indicadores 10.9 e 10.11, considerando na comparação o gênero dos estudantes, os quartos de desempenho e as modalidades de ensino (presencial e a distância) e também a área de formação. |
| 10.11 | Percentual de tutores que afirmam que a instituição conta com biblioteca virtual e acessam facilmente as obras disponíveis em acervos virtuais. | Bibliotecas: plano de atualização do acervo. |  |  | Os dados para cálculo deste indicador serão coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA. | Este indicador se aplica à IES e aos cursos de graduação e de pós-graduação. | Comparar com os indicadores 10.9 e 10.10, considerando na comparação o gênero dos estudantes, os quartos de desempenho e as modalidades de ensino (presencial e a distância) e a área de formação. |
| 10.12 | Percentual de estudantes que afirmam que a instituição dispõe de refeitório, cantina e banheiros em condições adequadas que atendem às necessidades dos seus usuários. | Instalações. |  |  | Os dados para cálculo deste indicador serão coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA. | Este indicador se aplica à IES e aos cursos de graduação e de pós-graduação. | Comparar com os indicadores 10.13, 10.14 e 10.15. |
| 10.13 | Percentual de professores que afirmam que a instituição dispõe de refeitório, cantina e banheiros em condições adequadas que atendem às necessidades dos seus usuários. | Instalações. |  |  | Os dados para cálculo deste indicador serão coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA. | Este indicador se aplica à IES e aos cursos de graduação e de pós-graduação. | Comparar com os indicadores 10.12, 10.14 e 10.15. |
| 10.14 | Percentual de técnicos administrativos que afirmam que a instituição dispõe de refeitório, cantina e banheiros em condições adequadas que atendem às necessidades dos seus usuários. | Instalações. |  |  |  | Este indicador se aplica à IES e aos cursos de graduação e de pós-graduação. | Comparar com os indicadores 10.11, 10.12 e 10.14. |
| 10.15 | Percentual de coordenadores de curso que afirmam que a instituição dispõe de refeitório, cantina e banheiros em condições adequadas que atendem às necessidades dos seus usuários. | Instalações. |  |  | Os dados para cálculo deste indicador serão coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA. | Este indicador se aplica à IES e aos cursos de graduação e de pós-graduação. | Comparar com os indicadores 10.11, 10.12 e 10.13. |
| 10.16 | Percentual de estudantes que afirmam que o AVA está integrado com o sistema acadêmico e atende aos processos de ensino-aprendizagem, conforme disposto nas políticas institucionais. | Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. |  |  | Os dados para cálculo deste indicador serão coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA. | Este indicador se aplica à IES e aos cursos de graduação e de pós-graduação. | Comparar com os indicadores 10.17 e 10.18, considerando na comparação o gênero dos estudantes, os quartos de desempenho e as modalidades de ensino (presencial e a distância). |
| 10.17 | Percentual de professores que afirmam que o AVA está integrado com o sistema acadêmico e atende aos processos de ensino-aprendizagem, conforme disposto nas políticas institucionais. | Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. |  |  | Os dados para cálculo deste indicador serão coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA. | Este indicador se aplica à IES e aos cursos de graduação e de pós-graduação. | Comparar com os indicadores 10.16 e 10.18, considerando na comparação a área de atuação do professor, bem como a modalidade em que ele atua (presencial e a distância). |
| 10.18 | Percentual de tutores que afirmam que o AVA está integrado com o sistema acadêmico e atende aos processos de ensino-aprendizagem, conforme disposto nas políticas institucionais. | Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. |  |  | Os dados para cálculo deste indicador serão coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA. | Este indicador se aplica à IES e aos cursos de graduação e de pós-graduação. | Comparar com os indicadores 10.16 e 10.17, considerando na comparação a área de atuação do tutor. |
| 10.19 | Identificação de evidências de que o AVA apresente materiais, recursos e tecnologias apropriados, que permitem desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes. | Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. |  |  |  |  |  |
| 10.20 | Identificação de evidências de que o AVA favoreça a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional. | Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. |  |  |  |  |  |
| 10.21 | Percentual de tutores que afirmam que a estrutura física, tecnológica e de pessoal nos polos permite a execução das atividades. | Recursos de tecnologias de informação e comunicação. |  |  | Os dados para cálculo deste indicador serão coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA. | Este indicador se aplica aos polos. | . |
| 10.22 | Percentual de técnicos administrativos que afirmam que as instalações administrativas atendem às necessidades institucionais. | Considerando as atividades, a guarda, a manutenção e a disponibilização de documentação acadêmica, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial e a existência de recursos tecnológicos diferenciados. |  |  | Os dados para cálculo deste indicador serão coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA. | Este indicador se aplica tanto à sede da IES quanto aos polos. |  |
| 10.23 | Material didático institucional para EaD – sistema de controle de produção e distribuição deste material. | O sistema de controle de produção e distribuição de material didático considera o atendimento da demanda, a existência de uma equipe técnica multidisciplinar responsável, estratégias que garantam a acessibilidade comunicacional e a disponibilização por diferentes mídias. |  |  | Os dados para cálculo deste indicador serão coletados por meio da avaliação interna realizada pela CPA. | Este indicador se aplica tanto à sede da IES quanto aos polos. |  |

Fonte: Instrumentos de avaliação Inep/Mec[[19]](#footnote-19).

# FONTES DE INFORMAÇÕES

Com o objetivo de subsidiar a elaboração de instrumentos de avaliação, conforme previsto no Produto 02 — TR 24 — consultor 2, elenca-se aqui um rol de indicadores que deverão ser fonte de inspiração na citada elaboração, por considerar que o viés qualitativo não deve ficar de fora de processos avaliativos que estejam relacionados à educação. Desse modo, não se centra em representatividades numéricas, mas sim no aprofundamento da compreensão do que se avalia e da análise do que se obtém como resultado, sempre considerando a necessidade da coleta de indicadores que sejam confiáveis, que dialoguem entre si e que sejam obtidos a partir de fontes seguras e que mostrem convergência com o projeto acadêmico em desenvolvimento.

Enfatiza-se o universo de significados, de motivos, de aspirações, de crenças, de valores e de atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Justifica-se em função da realização de análises mais aprofundadas que ultrapassem o limite da superficialidade e que possibilitem uma compreensão mais completa dos fatos e variáveis que tangenciam o objeto avaliado, a partir de uma perspectiva mais abrangente, com possibilidades explicativas e interpretativas, a fim de encontrar respostas coerentes e ajustadas.

Acredita-se que um processo de autoavaliação, para além de indicadores, deve também ter como fonte de informações evidências, o que exigirá um esforço maior de todos os envolvidos, em especial da IES, uma vez que naturalmente terão que se empenhar além do que já fazem para apresentar todos os dados a serem considerados neste complexo emaranhado de dados, que devem ser convertidos em informação e por sua vez em conhecimento. Assim, espera-se que o processo de autoavaliação aqui retrato considere evidências:

* Físicas: obtidas pela observação da infraestrutura e/ou do comportamento das pessoas na IES:
* Documentais: relativas aos conteúdos dos documentos institucionais relevantes à avaliação;
* Testemunhais: que agreguem desde as entrevistas e grupos focais com membros da comunidade acadêmica, até a abordagem de pessoas fora de um *setting* de reuniões; e
* Analíticas: obtidas pela comparação, correlação e análise sobre o objeto de avaliação.

Dessa forma, a conjugação e articulação de diferentes procedimentos de coleta de dados torna-se imperativo, a fim de se obter resultados mais aprofundados, proporcionando ganhos relevantes para a complexidade das questões que envolvem a avaliação da Educação Superior e as pesquisas em Educação de modo geral.

1. **CONTEXTO INSTITUCIONAL.**

Entende-se que uma importante fonte de informação para os processos de autoavaliação é o contexto institucional, pois retrata a diversidade de atores que compõem a instituição. Esta proposta adota a perspectiva institucional e uma concepção de ambiente em que distintos grupos de atores podem perceber de forma diferente o mesmo contexto institucional, aspecto que certamente enriquecerá os resultados obtidos por meio dos processos avaliativos.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Componentes | Critérios | Indicadores |
| 1.1 Recursos e inserção institucional. | 1.1.1 Os cursos (graduação e pós-graduação) devem ser ministrados preferencialmente em um ambiente acadêmico universitário onde ensino, pesquisa e extensão tenham ligação com o meio.  1.1.2 A missão, visão, objetivos e planos de desenvolvimento da instituição e cursos devem ser explícitos, com objetivos de curto, médio e longo prazos, sendo consistentes entre si e devem ser aprovados pelos órgãos institucionais correspondentes.  1.1.3 Os mecanismos de participação da comunidade acadêmica no desenvolvimento e redesenho do plano ou diretrizes estratégicas deve ser explícito e ser conhecido por todos.  1.1.4 No âmbito do programa de graduação e de projetos de pesquisa e de extensão deve haver vínculo com o meio ambiente de acordo com as políticas e diretrizes definidas pela instituição e/ou curso.  1.1.5 A instituição deve desenvolver programas de pós-graduação e/ou pós-graduação. | 1.1.1 Estatutos, regulamentos e regras que governam a operação da Universidade e dos cursos que explicam o desenvolvimento das atividades.  1.1.2 Documentos de aprovação institucional para a missão, visão, metas e planos de desenvolvimento.  1.1.3 Documentos que demonstram participação da comunidade acadêmica no desenvolvimento e redesenho do currículo ou direções estratégicas.  1.1.4 Projetos de pesquisa e extensão/vínculo com a área de formação.  1.1.5 Programas para promover estudos de pós-graduação (doutorado, mestrado e especialização) dentro e fora da instituição. |
| 1.2 Organização e gestão dos cursos. | 1.2.1 Deve haver evidência de coerência entre as formas de gestão, de estrutura organizacional e administrativa, de mecanismos de participação da comunidade universitária e dos objetivos e realizações do projeto acadêmico.  1.2.2 Deve haver sistemas com informações relevantes, confiáveis e atualizadas para apoiar a tomada de decisão institucional.  1.2.3 Existem sistemas de informação e comunicação conhecidos e acessíveis a toda a comunidade universitária e ao público em geral. Além disso, pode haver sistemas de informação e comunicação com acesso restrito.  1.2.4 Os procedimentos para eleição, seleção, nomeação e avaliação das autoridades, gerentes e funcionários da instituição e cursos devem ser regulamentadas.  1.2.5 A gestão dos cursos deve estar a cargo de um profissional da disciplina com experiência em gestão acadêmica.  1.2.6 O orçamento deve ser conhecido e os mecanismos de alocação interna de recursos devem ser explícitos. Financiamento de atividades acadêmicas, pessoal técnico e administrativo e para o desenvolvimento de manutenção e expansão de infraestrutura, laboratórios e biblioteca deve ser garantido pelo menos pelo prazo de duração do curso. | 1.2.1 Organograma institucional:   * Documentos que estabelecem a distribuição de funções de acordo com o organograma. * Regulamentos que definem a estrutura organizacional e administrativa e sua composição.   1.2.2 Sistemas de informação com dados estratégicos para gerenciamento.  1.2.3 Sistemas de informação acessíveis à comunidade acadêmica e ao público em geral (páginas da web) e mecanismos de comunicação institucional com acesso restrito (intranet, webmail etc.).  1.2.4 Documentos que demonstram explicitamente o sistema de eleição, seleção, designação e avaliação de autoridades, gerentes e funcionários.  1.2.5 Formação curricular dos profissionais responsáveis pelos cursos.  1.2.6 Documentos sobre o orçamento, sua execução e previsões de orçamento. |
| 1.3 Avaliação dos  processo de gestão. | 1.3.1 Mecanismos para a avaliação contínua da gestão, com a participação de todos os níveis da comunidade acadêmica, que deveriam ser, por sua vez, periodicamente avaliados.  1.3.2 Deve estar documentado um plano de melhoria com ações concretas para o cumprimento efetivo das etapas planejadas. | 1.3.1 Documentos que demonstrem a implementação de uma avaliação contínua da gestão com a participação da comunidade acadêmica (resoluções, decisões, atas, relatórios de reuniões, relatórios de diagnóstico).  1.3.2 Plano de desenvolvimento e planos de melhoria. |
| 1.4 Processos de  admissão e de  incorporação. | 1.4.1 Os processos de admissão devem ser explícitos e  conhecidos pelos requerentes.  1.4.2 Devem ser implementadas atividades para informar aos novos admitidos sobre o funcionamento da instituição e do curso. | 1.4.1 Regulamentos que estabeleçam os mecanismos de admissão e evidências que demonstram sua difusão.  1.4.2 Atividades para induzir a vida acadêmica. |
| 1.5 Políticas e  Programas de  bem-estar  institucional. | 1.5.1 A instituição e o programa de graduação devem implementar mecanismos para acessar programas de financiamento e bolsas de estudo para estudantes e professores.  1.5.2 Programas e sistemas de promoção da cultura em suas diversas expressões, de valores democráticos e éticos, de não discriminação e de solidariedade social devem ser desenvolvidos na instituição.  1.5.3 A instituição deve desenvolver programas para o bem-estar da comunidade acadêmica relacionados à saúde e ter locais de alimentação e áreas de esportes, recreação e cultura, entre outros. | 1.5.1 Informações sobre programas de bolsas.  1.5.2 Atividades destinadas a promover valores culturais, democráticos e éticos, não discriminatórios e de solidariedade social.  1.5.3 Programas de bem-estar universitário fisicamente verificáveis. |
| 1.6 Processo de  autoavaliação. | 1.6.1 Os cursos devem ter implementado um processo de autoavaliação permanente.  1.6.2 Os cursos devem possuir forma de organização que permita a implementação de processos de autoavaliação com a participação de membros da comunidade acadêmica (professores, alunos, graduados e equipe de apoio).  1.6.3 Os resultados do processo de autoavaliação devem constituir a contribuição para processos de avaliação externa que levam a acreditação. | 1.6.1 Registros documentais mostrando o desenvolvimento do processo de autoavaliação permanente, considerando o percurso metodológico adotado junto a tais processos.  1.6.2 Documentos que aprovam a composição da Comissão Própria de Avaliação.  1.6.3 Relatórios de autoavaliação. |

1. **PROJETO ACADÊMICO.**

O projeto acadêmico institucional, por si só, já representa uma relevante fonte de informação, evidências documentais e testemunhais advindas desse contexto têm muito o que agregar aos processos de autoavaliação, uma vez que a comunidade acadêmica, por meio do considerado projeto, desenvolve a sua rotina e vivência institucional.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Componentes | Critérios | Indicadores |
| 2.1 Plano de estudo:  Perfil de graduação e pós-graduação e estrutura curricular. | 2.1.1 Os objetivos dos cursos alcançam um profissional capaz de incorporar em seu trabalho os princípios da ética, da visão humanística, do senso de responsabilidade, do compromisso social e ter atitudes, conhecimentos e habilidades para o desenvolvimento de competências relacionadas à área e que, se for o caso, estão previstas nas DCN’s do curso.  2.1.2 Coerência da estrutura curricular com a consecução do perfil profissional proposto. | 2.1.1 Existe um perfil profissional consistente com o proposto para o curso, em comparação com outros países.  2.1.2 Evidências de que as principais áreas de estudo estão cobertas de forma a permitir a conquista do perfil profissional proposto. Evidência do grau de adequação entre objetivos, metodologias, conteúdo, avaliação e bibliografia de cada disciplina.  Evidência da flexibilidade curricular do curso. Evidência de adequação da carga horária do curso. |
| 2.2 Processos Ensino-Aprendizagem:  Metodologias. | 2.2.1 Coerência das metodologias de ensino-aprendizagem com o perfil profissional proposto. | 2.2.1 Evidência de uso de ferramentas pedagógicas e tecnologias educacionais adequadas. Evidências de trabalho cooperativo entre professores e alunos.  Evidência de satisfação do aluno com as metodologias de ensino implementadas no curso.  Evidência de que as metodologias ativas consideradas atendem ao desenvolvimento de conteúdos, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica e à autonomia do discente e coaduna-se com práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática, e são claramente inovadoras e embasadas em recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas dentro das áreas de conhecimento. |
| 2.3 Processos Ensino-Aprendizagem:  Atividades Educacionais. | 2.3.1 Coerência das atividades educacionais com a conquista do perfil profissional proposto. | 2.3.1 Realização de atividades educacionais obrigatórias e complementares. Realização de atividades educativas multidisciplinares e/ou integrando horizontal e verticalmente. Realização de atividades educacionais em ambientes relacionados a área de formação. |
| 2.4 Sistemas de Avaliação. | 2.4.1 Sistemas de avaliação. | 2.4.1 Evidência de implementação de mecanismos que garantam a autoavaliação periódica e avaliação externa do projeto acadêmico. De modo a favorecer o diálogo entre os resultados observados junto aos processos de avaliação interna e externa, uma retroalimentando a outra, se complementando.  Evidência de implementação periódica de sistemas de avaliação e autoavaliação das atividades dos professores, com a participação dos alunos. |
| 2.5 Pesquisa e desenvolvimento tecnológico. | 2.5.1 Coerência das atividades de pesquisa com o processo de ensino-aprendizagem.  2.5.2 Coerência das atividades de pesquisa com necessidades da área de formação. | 2.5.1 Evidências da relevância e do impacto interno dos projetos de pesquisa no processo de ensino-aprendizagem. Evidência da participação do aluno em projetos de pesquisa.  2.5.2 Evidências da relevância dos projetos de pesquisa com as necessidades de desenvolvimento científico, tecnológico e social. Evidências da divulgação dos resultados obtidos por meio de projeto de pesquisa. |
| 2.6 Extensão,ligação e cooperação. | 2.6.1 Coerência da extensão com o projeto acadêmico e  necessidades da área de formação.  2.6.2 Consistência das atividades de intercâmbio com o projeto acadêmico.  2.6.3 Coerência dos instrumentos de ligação e cooperação com o projeto acadêmico. | 2.6.1 Evidência da relevância dos projetos e atividades de extensão com necessidades de desenvolvimento tecnológico e social. Evidências de resultados de projetos e atividades de extensão. Evidência da participação dos estudantes em projetos e atividades de extensão. Evidência de participação de atores externos nos projetos de extensão.  2.6.2 Evidências da existência de programas e atividades de intercâmbio de professores e alunos.  2.6.3 Evidência dos resultados dos instrumentos de ligação e cooperação. |

1. **COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA.**

Esta proposta considera que processos avaliativos devem ser formulados e desenvolvidos em concomitância com a comunidade acadêmica, pois assim se tornam robustos por desenvolverem uma inter-relação entre as avaliações (interna e externa) e a comunidade acadêmica. Quando isso não acontece, revela-se a não-participação e/ou o silenciamento em torno do processo de avaliação da instituição. Assim, tem-se junto à comunidade acadêmica uma fonte informativa de grande relevância, indo além, ou seja, entende-se que sem a participação de tal comunidade não se é possível o desenvolvimento de processos avaliativos sistêmicos e globais.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Componentes | Critérios | Indicadores |
| 3.1 Estudantes | 3.1.1 Coerência dos critérios de admissão com o projeto acadêmico.  3.1.2 Coerência do número total de alunos (total geral de alunos graduação e pós-graduação) com o projeto  Acadêmico.  3.1.3 Coerência entre o desempenho do aluno com o  projeto acadêmico.  3.1.4 Existência de oferta de atividades extracurriculares. | 3.1.1 Evidência de critérios explícitos de admissão, que devem ser de conhecimento dos requerentes.  3.1.2 Relação equivalente professor-aluno. Número de alunos matriculados por período acadêmico.  3.1.3 Percentual de aprovação dos cursos nos períodos acadêmicos. Número de graduados por ano. Relação proporcional de graduados matriculados. Taxa de retenção (número de alunos que repetem no semestre letivo dividido pelo número de alunos matriculados no semestre letivo). Tempo de permanência dos alunos no curso.  3.1.4 Número de alunos incorporados à pesquisa e  extensão em relação ao número total de alunos. Evidência de viagens de estudo, excluindo aulas práticas e viagens de campo consistentes com o projeto acadêmico. Participação de estudantes e graduados em órgãos colegiados. Existência e funcionamento de centros estudantis ou organizações equivalentes. Existência e funcionamento de empresas autônomas de alunos, quando for o caso. |
| 3.2 Graduados (egressos). | 3.2.1 Existência de cursos de atualização.  3.2.2 Existência de sistemas de monitoramento. | 3.2.1 Evidência de oferta de cursos de atualização.  3.2.2 Evidência de mecanismos de acompanhamento para egressos. Evidência de participação de egressos e maneiras de incorporação de sua opinião no projeto acadêmico. Evidência de que a formação do graduado é consistente com necessidades da área de formação. |
| 3.3 Professores. | 3.3.1 Coerência quantitativa e qualitativa do corpo docente com o projeto acadêmico.  3.3.2 Relevância da atividade de ensino com o projeto acadêmico. | 3.3.1 Número de professores por formação científico-tecnológica (% do corpo docente com doutorado ou mestrado — o corpo docente que possui especialização deve demonstrar marcada experiência reconhecida no campo de atuação a seu cargo). Existência de oferta de cursos de formação pedagógica para os professores. Evidência de mecanismos de entrada, promoção e critérios de permanência. Sistema de categorias de ensino (tipos, requisitos e funções). Número de professores por dedicação, indicando horas semanais por atividade acadêmica (ensino, pesquisa e extensão) e gestão, bem como a duração do cargo de professor. Evidência de adequação da formação acadêmica de graduação e/ou curso de pós-graduação do professor com a matéria lecionada.  3.3.2 Número máximo de três disciplinas de graduação por professor equivalente por período letivo. Número máximo de cinco tutorias por professor e por período letivo, dentro do curso. Pelo menos uma publicação científica por professor equivalente por ano. Pelo menos uma publicação em periódicos não indexados e / ou técnicas por professor equivalente por ano. Pelo menos cinco publicações, capítulos de livros ou publicações didáticas, do conjunto de professores do curso. Número de trabalhos de graduação aprovados (graduação ou pós-graduação). Evidência de participação em atividades de desenvolvimento curricular e inovação educacional. |
| 3.4 Pessoal não docente. | 3.4.1 Coerência do número de funcionários não docentes com o projeto acadêmico.  3.4.2 Coerência das habilidades do pessoal não docente com o projeto acadêmico. | 3.4.1 Evidências de que o número e a distribuição do pessoal não docente são suficientes para atender às necessidades do projeto acadêmico.  3.4.2 Existência de seleção, incorporação, avaliação e  promoção. Evidência de que as habilidades da equipe propiciam respostas aos objetivos do projeto acadêmico. |

1. **INFRAESTRUTURA.**

Ter a infraestrutura como fonte de informação contribui para avaliar até que ponto os processos e procedimentos acadêmicos encontram suportes e meios para se efetivarem.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Componentes | Critérios | Indicadores |
| 4.1 Infraestrutura  física e logística. | 4.1.1 Consistência das características das construções com o projeto acadêmico.  4.1.2 Consistência das características das construções com o bem-estar.  4.1.3 Coerência das mídias e tecnologias com o projeto acadêmico.  4.1.4 Consistência da disponibilidade de acesso aos meios de transporte com o projeto acadêmico. | 4.1.1 Evidência de disponibilidade física, acesso sem limitações, funcionalidade e segurança de salas de aula, de laboratórios, de bibliotecas, das salas para informática, das estufas, dos campos experimentais (se for o caso), entre outros ambientes necessários a formação.  4.1.2 Evidência de disponibilidade física, acesso e funcionalidade de construções para recreação, esportes e bem-estar. Existência de instalações para salas de jantar e serviços.  4.1.3 Evidências de que a quantidade, funcionalidade e características dos meios de comunicação são suficientes para atender às necessidades do projeto acadêmico.  4.1.4 Evidências de que a quantidade, funcionalidade e características dos meios de transporte são suficientes para atender às necessidades do projeto acadêmico. |
| 4.2 Bibliotecas. | 4.2.1 Coerência do patrimônio bibliográfico físico e virtual com o projeto acadêmico. | 4.2.1 Evidências de disponibilidade e relevância do patrimônio bibliográfico físico e virtual em coerência com o projeto acadêmico. Recursos alocados suficientes para garantir a atualização do patrimônio físico e virtual. Existência de mecanismos de seleção e atualização do acervo bibliográfico. Disponibilidade, qualidade e operação dos serviços informatizados. |
| 4.3 Instalações e  Equipamentos. | 4.3.1 Coerência do equipamento acadêmico e de laboratório com o projeto acadêmico.  4.3.2 Coerência dos centros ou campos experimentais com o projeto acadêmico. | 4.3.1 Características, quantidade e funcionalidade das instalações acadêmicas que devem ser suficientes para atender às necessidades do projeto acadêmico. Características, quantidade e funcionalidade das instalações e equipamento de laboratório que devem ser suficientes para atender às necessidades do projeto acadêmico. Características, quantidade e funcionalidade de computação suficientes para atender às necessidades do projeto acadêmico.  4.3.2 Disponibilidade de centros ou campos experimentais suficientes para atender às necessidades do projeto acadêmico, com condições adequadas à área, considerando representatividade, equipamentos e instalações |
| 4.4. Demandas comunicacionais e tecnologias adotadas. | 4.4.1 Coerência dos mecanismos de comunicação interna e externa, bem como dos recursos tecnológicos, com o projeto acadêmico. | 4.4.1 Disponibilidade e alinhamento dos mecanismos de comunicação interna e externa, bem como dos recursos tecnológicos, no que tange a atender às necessidades do projeto acadêmico, e o apoio institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras, garantindo a acessibilidade digital e comunicacional, promovendo a interatividade entre docentes, discentes e tutores, assegurando o acesso a materiais ou recursos didáticos e tecnológicos a qualquer hora e lugar e possibilitando experiências diferenciadas de aprendizagem. |

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este produto tem como desígnio propor indicadores para a autoavaliação institucional, nomeadamente no apoio à tomada de decisão por parte da gestão institucional da Universidade do Distrito Federal Jorge Amaury Maia Nunes (UnDF). E é parte de um conjunto de documentos que tratará da avaliação institucional da UnDF, de forma abrangente. Nesse âmbito, vale destacar aqui o Produto 2 — TR 24 — consultor 2, uma vez que este apresentará os instrumentos de avaliação e o percurso metodológico, que delinearão caminhos e formas de se chegar aos indicadores aqui propostos.

Salienta-se que um conjunto de indicadores que visa a atender aos processos e procedimentos educacionais requer periodicamente atualizações de forma a contemplar não apenas a legislação vigente, mas sobretudo a dinâmica da vida acadêmica.

Nesse âmbito, não se pode deixar de mencionar aqui as fontes de dados citadas neste documento, que indicam cenários de coleta e consideram a plena necessidade de se obter dados confiáveis, a partir de processos de identificação, coleta, armazenamento, acesso, organização, análise, uso e proteção de dados importantes. Tais padrões serão apresentados de forma detalhada no percurso metodológico — produto 2/TR 24, mas não pode deixar de ser evidenciada aqui tal preocupação. Espera-se que a UnDF possa, a partir de tais mecanismos, desenvolver a gestão qualificada dos dados, relacionada à gestão institucional, ao uso de informações para a tomada de decisão. E compreender o termo análise de dados como a capacidade de transformar grandes conjuntos de dados em informações claras e aplicáveis à realidade prática da instituição.

Por fim, espera-se que não apenas os indicadores propostos, mas toda cadeia de procedimentos envolvidos a partir da perspectiva da autoavaliação institucional possa de fato promover o autoconhecimento institucional, favorecer a segurança na definição de estratégias e a previsibilidade, evitando surpresas ao longo do processo acadêmico, contribuir para a manutenção do foco nos objetivos institucionais, sempre sopesando a missão e os valores da UnDF, e assim possibilitar a obtenção dos melhores resultados.

# REFERÊNCIAS

Ball, R., & Halwachi, J. Performance indicators in higher education. Higher Education, 16(4), p. 393-405, 1987.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Instrumento de Avaliação. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco/instrumentos-de-avaliacao>. (Último acesso em: 29/01/2022).

CABRAL, K. M.; GIORGI, C. A. G. O direito à qualidade da Educação Básica no Brasil: uma análise da legislação pertinente e das definições pedagógicas necessárias para uma demanda judicial. Educação, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 116-128, jan./abr. 2012.

CEBRASPE. Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos. Documento de referência para orientar e subsidiar as discussões do colóquio: “UnDF Jorge Amaury: entre o projeto e a criação — diálogos sobre a universidade que queremos”. Autor: SOUSA, José Vieira de.; Coord. GRIBOSKI, Claudia Maffini, Brasília, DF, 2021b. (Termo de Referência n. 8, Código n. 2021-008, Projeto “Uma Universidade Distrital” — Termo de Colaboração n. 2/2020, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal — FAPDF, Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal — FUNAB, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos — Cebraspe).

CEBRASPE. Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos. “Documento contendo a proposta da missão, valores, objetivos e metas institucionais” Autor: SOUSA, José Vieira de.; Coord. GRIBOSKI, Claudia Maffini, Brasília, DF, 2022ª. (Termo de Referência n. 020, Código n. 2021-020, Projeto “Uma Universidade Distrital” — Termo de Colaboração n. 2/2020, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal — FAPDF, Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal — FUNAB, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos — Cebraspe).

CEBRASPE. Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos. Projeto de Pesquisa de uma universidade distrital — Elaboração de documento sobre o impacto e os custos de implantação de uma universidade distrital. Autor: LOURENÇO, Marcelo Ferreira.; Coord. GRIBOSKI, Claudia Maffini, Brasília, DF, 2021ª. (Projeto “Uma Universidade Distrital” — Termo de Colaboração n. 2/2020, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal — FAPDF, Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal — FUNAB, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos — Cebraspe).

CEBRASPE. Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos. Documento contendo o Estatuto da Universidade do Distrito Federal (UnDF) contemplando a governança entre os órgãos setoriais da universidade e sua estrutura administrativa — os mais afeitos à execução da política educacional da universidade — em conformidade com os estudos realizados ao longo da Etapa 3 do projeto de pesquisa “Estudo de Viabilidade de uma Universidade Distrital”. Autor: MENEGHEL, Stela Maria.; Coord. GRIBOSKI, Claudia Maffini, Brasília, DF, 2022b. (Projeto “Uma Universidade Distrital” — Termo de Colaboração n. 2021/017, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal — FAPDF, Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal — FUNAB, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos — Cebraspe).

CEBRASPE. Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos.Desenvolvimento de projeto de pesquisa de uma Universidade do Distrito Federal.Documento contendo proposta de políticas voltadas ao corpo docente, técnico— administrativo e tutores, incluindo diretrizes para capacitação e formação continuada.Autor: REIS, Isaac Costa.; Coord. GRIBOSKI, Claudia Maffini, Brasília, DF, 2022c. (Projeto “Uma Universidade Distrital” — Termo de Colaboração n. 2021/016, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal — FAPDF, Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal — FUNAB, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos — Cebraspe).

CORREA, B. C. Considerações sobre qualidade na educação infantil. Cadernos de Pesquisa, n. 119, p. 85-112, jul.2003.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação institucional: marcos teóricos e campos políticos. Avaliação, Campinas, v. 1, n. 1, jul. 1996.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade e avaliação: entre a ética e o mercado. São Paulo: Insular, 2002.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

DISTRITO FEDERAL, Conselho de Educação do Distrito Federal. Resolução n. 2/2017 — CEDF, estabelece normas para a Educação Superior no Sistema de Ensino do Distrito Federal, de 19 de setembro de 2017. Disponível em: <http://cedf.se.df.gov.br/images/EquivalenciaDeEstudos/Resolu%C3%A7%C3%A3o_02-2017.pdf>. Último acesso em: 25/02/2022.

DOURADO, L. F; OLIVEIRA, J. F; SANTOS, C. A. A qualidade da educação: conceitos e definições. MEC/INEP, 2007.

ERICHSEN, Hans-uwe. Tendências européias na graduação e na garantia da qualidade. Sociologias, Porto Alegre, RS, v. 9, n. 17, p. 22-49, jan./jun. 2007.

FREITAS, Luiz Carlos. Sordi, Mara Regina Lemas de. Malavasi, Maria Marcia Sigrist Freitas, Helena Costa Lopes de. Avaliação Educacional — Caminhando Pela Contramão. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012.

HÄMALÄINEN, Kauko; WAHLÉN, Staffan; PEHU-VOIMA, Satu. Institutional Evaluations in Europe: ENQA Workshop Reports 1. Finland: Helsinki, 2001.

HARVEY, L.; NEWTON, J. Transforming quality evaluation. Quality in Higher Education, London, v. 10, n. 2, p. 149-165, jul. 2004.

HOOD, Christopher. Making sense of controls over government. In: HOOD, C; JAMES, O.; PETERS, B.G.; SCOTT, C. (Orgs.). Controlling modern government: variety, commonality and change. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2004.

KELLS, H.R. Self-Regulation in Higher Education: A multi-national perspective on collaborative systems of quality assurance and control, London, Jessica Kingsley, 1992.

LAMARRA, Norberto Fernandez; MORA, José Gines (orgs.). Educación superior: convergencia entre América Ltina y Europa. Procesos de evaluación y acreditación de la calidad. Caseros: Eduntref, 2005.

MARSH, H. w. (1987). Students’ evaluations of university teaching: Research findings, methodological issues, and directions for future research, International Journal of Educational Research, 11(3), p. 253-388.

NETO, J. B. G; ROSENBERG, L. Indicadores de qualidade do ensino e seu papel no sistema nacional de avaliação. Em Aberto, Brasília, ano 15, n.66, abr./jun. p. 13-28, 1995.

REAL, Giselle Cristina Martins. A qualidade revelada na educação superior: impactos da política de avaliação no Brasil. 206 f. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ROCHA, Arlindo Carvalho. O Processo Orçamentário Brasileiro como Instrumento de Accountability. Anais do EnANPG-2008. Salvador, nov. 2008.

SARRICO, C., & Dyson, R. (2000). “Using DEA for planning in UK universities: an institutional perspective”, Journal of the Operational Research Society, 51, 7, 789-800.

SCHLICKMANN, Raphael; MELO, Pedro Antônio de; ALSPERTAD, Graziela Dias. Enfoque da teoria institucional nos modelos de avaliação institucional brasileiros. Avaliação, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 153-168, mar. 2008.

SCHLICKMANN, Raphael; MELO, Pedro Antônio de. Administração universitária: Em busca de uma epistemologia. Avaliação, Campinas; Sorocaba, v. 17, n. 1, p. 155-178, mar. 2012.

VROEIJENSTIJN, A.I. Improvement and accountability: navigating between Scylla and Charybdis, Higher Education Policy Series 30, 1995.

ZABALZA. M. Qualidade em Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998.

© Cebraspe, 2021. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte dessa publicação pode ser copiada, reproduzida ou distribuída em qualquer meio conhecido ou que venha a ser criado.

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificado por meio do Decreto n.º 8.078/2013 como Organização Social (OS), tendo como finalidade precípua fomentar e promover o ensino, a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico, o desenvolvimento institucional e a difusão de informações, experiências e projetos de interesse social e utilidade pública nas áreas de avaliação, certificação e seleção.

1. http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13454-acreditacao-de-cursos-no-sistema-arcu-sul [↑](#footnote-ref-1)
2. Disponível em: https://teaching.usask.ca/documents/seeq/Standardized\_SEEQ\_Instrument\_at\_UofS.pdf.

   [↑](#footnote-ref-2)
3. Disponível em: https://planning.curtin.edu.au/mir/ceq.cfm. [↑](#footnote-ref-3)
4. Ambiguidade é a qualidade ou estado do que é ambíguo, ou seja, aquilo que pode ter mais do que um sentido ou significado. [↑](#footnote-ref-4)
5. Possibilidade de manipulação [↑](#footnote-ref-5)
6. A metodologia proposta junto ao Produto 2, que complementará este produto, contemplará cronograma de institucionalização para indicadores que serão não coletados de forma imediata, e sim em médio prazo. [↑](#footnote-ref-6)
7. Disponíveis em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco/instrumentos-de-avaliacao. [↑](#footnote-ref-7)
8. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enade/questionario-do-estudante-disponivel-para-preenchimento. [↑](#footnote-ref-8)
9. Disponíveis em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco/instrumentos-de-avaliacao. [↑](#footnote-ref-9)
10. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior. [↑](#footnote-ref-10)
11. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/. [↑](#footnote-ref-11)
12. Disponíveis em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco/instrumentos-de-avaliacao. [↑](#footnote-ref-12)
13. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior. [↑](#footnote-ref-13)
14. Disponíveis em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco/instrumentos-de-avaliacao. [↑](#footnote-ref-14)
15. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. [↑](#footnote-ref-15)
16. Disponíveis em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco/instrumentos-de-avaliacao. [↑](#footnote-ref-16)
17. Disponíveis em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco/instrumentos-de-avaliacao. [↑](#footnote-ref-17)
18. Disponíveis em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco/instrumentos-de-avaliacao. [↑](#footnote-ref-18)
19. Disponíveis em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco/instrumentos-de-avaliacao. [↑](#footnote-ref-19)